

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE MESTRADO EM HISTORIA

"COOPERATIVISMO - UM CAMINHO PARA O DE
SENVOLVIMENTO: COOPERATIVA SANTANENSE
DE LÃS LTDA (1944-1964)"

Dissertação de Mestrado subme
tida à Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção
do grau de Mestre em História.

MARIA ALZIRA ALVES RUIZ

FLORIANOPOLIS
AGOSTO - 1982

"COOPERATIVISMO - UM CAMINHO PARA O DE
SENVOLVIMENTO: COOPERATIVA SANTANENSE
DE LÃS LTDA (1944-1964)"

Dissertação apresentada

por

MARIA ALZIRA ALVES RUIZ

Esta dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta
dos Professores:

Prof.Dr. Victor Antônio Peluso Jr.
Orientador

Prof.Dr. Earle Diniz M. Moreira
Membro da Banca

Prof.Dr. Walter Fernando Piazza
Membro da Banca

Ao meu pai, para quem solidariedade é uma filosofia de vida.

AGRADECIMENTO

Agradeço:

- ao meu marido, sem cujo estímulo e apoio este trabalho não teria sido realizado, aos meus filhos, Denise e Roberto, pelo tempo que me cederam e aos meus pais, pelas oportunidades que me proporcionaram;

- ao professor Victor Antônio Peluso Júnior, por sua dedicada orientação;

- ao jornalista e historiador, Ivo Caggiani de Sant'Ana do Livramento e ao dr. Luiz Carlos Misoczky, Gerente Geral da Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul, por suas valiosas informações;

- aos funcionários da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. que comigo colaboraram;

- e a todos os parentes e amigos que me apoiaram na realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho é sobre cooperativismo, sendo, principalmente, uma tentativa de compreender os motivos que levam os homens a procurar na união, na cooperação, na soma de esforços, na solidariedade, a maneira de resolverem os problemas econômicos que os afligem. Os homens que procuraremos entender são os pecuaristas da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul, em seu tempo, a década de 40 e em seu espaço, a sociedade tradicional do município de Sant'Ana do Livramento.

Para chegarmos até eles, procuraremos o caminho seguido pelo movimento cooperativo no Estado, procurando conhecer as condições em que ocorreu seu desenvolvimento, tentando sempre compreender o homem da região.

ABSTRACT

This work is about Cooperativism, being essentially, a trial to understand the reasons that induce men to look for the way to solve problems that affect them in association, cooperation, sum of efforts and solidarity. We're talking about the cattlemen of the south-west frontier of Rio Grande do Sul, in their time, the forties decade and in their space, the traditional society of Sant'Ana do Livramento.

To get to understand their situation we'll look for the way followed by the cooperative movement in the State, trying to know the conditions in which its development has occurred and to understand the men of the region.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	08
CAPITULO I - Cooperativismo	11
CAPITULO II - Cooperativismo no Rio Grande do Sul	19
CAPITULO III - Cooperativismo na zona da Campanha Gaú - cha.	33
CAPITULO IV - Origem das cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul	52
CAPITULO V - Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul	80
CAPITULO VI - Cooperativa Santanense de Lãs Ltda.	95
CONCLUSÃO	127

INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho falar de uma cooperativa fundada por produtores de lã, em um município da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.

O que nos levou a falar dessa cooperativa? Sua importância para nós ou sua importância para os homens que a fundaram? Ou sua importância como elo da imensa corrente cooperativista que se iniciou quando os 28 tecelões de Rochdale reuniram-se para formar a primeira sociedade cooperativa?

Como toda ação humana é motivada por razões complexas, acreditamos que ambos motivos foram importantes para a escolha do Cooperativismo como tema de nosso trabalho, que será um estudo histórico. Nossa preocupação será com o homem, autor e ator da História, dentro de seu tempo e seu espaço, o porquê e o resultado de seus atos. Assim, procuraremos conhecer as causas e os resultados do ato de fundação da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., por 92 produtores, dentro de seu tempo, a década de 40, e seu espaço, o município de Sant'Ana do Livramento, na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.

Desejamos mostrar que são verdadeiras as seguintes afirmações, que tomamos como hipóteses desta dissertação:

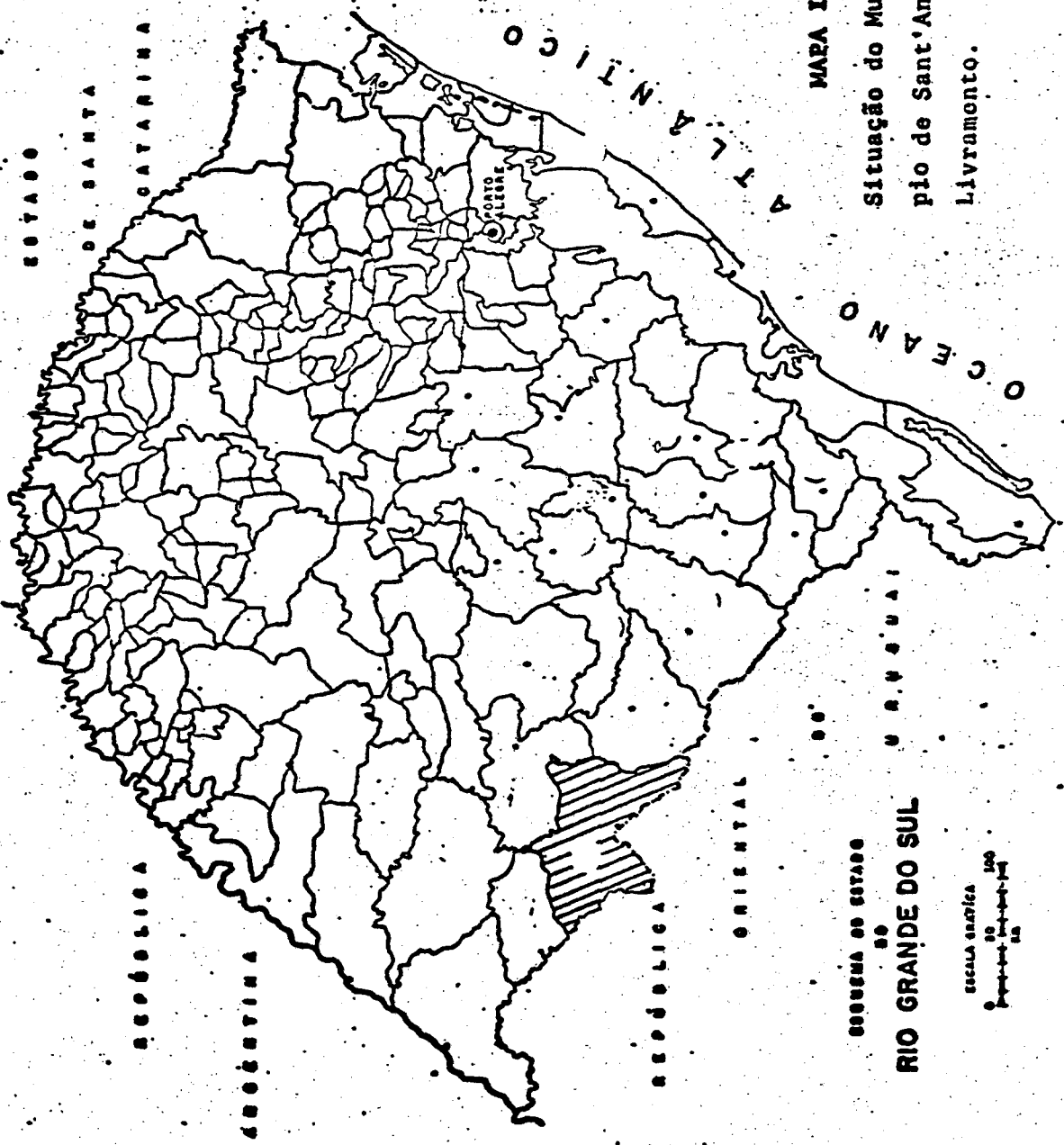
a) a cooperativa foi fundada com a finalidade de os produtores conseguirem melhores condições de comercialização da lã, sem a interferência de intermediários;

b) a maioria dos fundadores não tinha conhecimento

da doutrina cooperativista, apenas dos resultados práticos que provinham de sua aplicação;

c) a cooperativa foi fundada por produtores conscientes de suas necessidades econômicas e o fato de ter assim, como base, o desejo de somar esforços para resolver problemas comuns foi o fator primordial de seu desenvolvimento.

Não pretendemos com este trabalho mostrar caminhos, nem sugerir soluções para os problemas com que se defronta o movimento cooperativista em nosso país, desejamos, apenas, tentar apreender o porquê daquilo que vivenciamos. Entretanto, se dessa tentativa resultar alguma contribuição, ficaremos imensamente gratificados.



MAPA I
Situação do Município de Santa Ana do Livroamento.

ESQUEMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ESCALA GRÁFICA
1:100.000

I

COOPERATIVISMO

Procurando a origem da cooperação chegaremos ao começo da história da humanidade. Da oposição homem-natureza, resultou a necessidade do homem unir-se, somar esforços, cooperar, para poder enfrentar os obstáculos que a natureza oferecia. À medida que evoluía, que venciam os obstáculos, mais importante se tornava o papel da cooperação como maneira de sobreviver, de superar, de criar, pois "a cooperação importa em uma combinação de auto auxílio e auxílio mútuo, orientada no sentido da construção de valores humanos universais."¹

Poderíamos falar das várias formas de cooperação humana através da História, mas a nossa finalidade é chegar ao momento em que a palavra cooperação se transformou, para muitos, em sinônimo de cooperativismo ou seja, da doutrina que visa a renovação social através da cooperação, "da doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através das associações de fim predominantemente econômico, isto é, das cooperativas-sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais."²

Quando e por que surgiu a doutrina cooperativista?

-- Poderíamos simplesmente responder que a doutrina cooperativista surgiu no século passado como uma das respostas às

contradições causadas pelo liberalismo econômico e pelo capitalismo industrial. No entanto, parece-nos uma maneira muito simples para responder a uma pergunta que envolve tantas conotações. A resposta ao quando nos satisfaz, mas para apreender o porquê, achamos que devemos retroceder mais na História, pois, acreditamos que nenhum fato histórico pode ser apreendido na sua totalidade se olharmos, apenas, as suas causas mais recentes. Todo fato que resulta da ação do homem é como se fosse mais um elo de imensa corrente, cujo começo está no próprio começo da história do homem.

Precisamos encontrar, então, o elo dessa corrente, que nos permita acompanhar os acontecimentos que originaram a doutrina cooperativista. Precisamos encontrar esse elo para, a partir dele, tentarmos apreender a realidade que motivou o surgimento dessa doutrina. O elo que nos interessa está naquele momento histórico, em que profundas modificações abalaram a sociedade, e que pode ser considerado um dos momentos de maior relevância para a história da humanidade: aquele que é chamado de Revolução Industrial. Essa revolução, iniciada nas três últimas décadas do século XVIII na Inglaterra, transformou o mundo e ocasionou ao mesmo tempo muita riqueza e muita miséria. Essa revolução foi o triunfo do capitalismo industrial e da sociedade burguesa liberal e acarretou uma série de contradições: entre os produtores, a luta sem tréguas; entre os assalariados, a miséria e o descontentamento. Trouxe, assim, os ingredientes da revolução social. Mulheres e crianças definhavam nas fábricas que geravam riqueza.

Essa situação comovia os contemporâneos que culpa

vam o regime de liberdade econômica - o liberalismo - a livre concorrência por todos esses males. "Esse regime, deixando na dependência da vontade dos indivíduos a produção, imprime-lhe um caráter anárquico. Possibilitando ainda, uma injusta repartição dos produtos, acarreta a miséria. E mais, transforma a vida econômica em uma verdadeira brenha inestrincável, na qual a luta pela existência termina fatalmente com a vitória do mais forte e o esmagamento do mais fraco."³

A revolta dos contemporâneos gerou reações contra a sociedade em que viviam, reações que pretendiam a sua modificação. Podemos agrupá-las em duas correntes: as que se insurgiam contra a propriedade privada - reações socialistas; e as que, conservando as bases essenciais da propriedade privada, corrigiam os excessos do liberalismo econômico - as reações não socialistas ou intervencionistas.

O Cooperativismo, em sua expressão teórica e integral, vê na fórmula prática dos agrupamentos cooperativistas, a possibilidade de reorganização da sociedade econômica. Faz parte das reações não socialistas, mas teve suas sementes plantadas por socialistas utópicos, como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), William King (1786-1865) e tantos outros.

"Uma Nova Visão da Sociedade", o título de um dos primeiros panfletos que expuseram a concepção de uma visão alternativa da sociedade, escrito por Robert Owen, parece sintetizar as aspirações daqueles que queriam os homens vivendo de maneira mais justa. Robert Owen achava que modificando o meio social pela associação, o homem se modificaria. Pretendia eliminar o lucro e a concorrência, que seriam a causa de todas as injustiças.

Assim como Owen, também Fourier, King e tantos outros tinham também uma nova visão da sociedade e procuraram torná-la realidade. Fourier, com o falanstério, espécie de hotel cooperativo no dizer de Gide; William King com as Unions Shops, cooperativas de consumo. Sonho? Utopia? Não importa. O fato é que eles, como outros, sentiram a injustiça da sociedade em que viviam e tentaram modificá-la. Sentiram revolta, e essa revolta foi a mola que os impulsionou a agir. Não fugiram da realidade, mas tentaram modificá-la. Plantaram sementes que deram frutos colhidos por outros homens. Formaram mais um elo na corrente da História.

Os 28 tecelões, que em novembro de 1843 se reuniram em assembléia, em Rochdale, Distrito de Lancashire, Inglaterra, para resolver sua difícil situação econômica, formaram mais um elo nessa cadeia. A solução por eles encontrada para resolver seu problema foi a fundação de um armazém cooperativo, para o qual economizaram durante um ano o capital necessário. Com as 28 libras que conseguiram economizar, compraram uma pequena quantidade de farinha, açúcar, manteiga e aveia e inauguraram em dezembro de 1844 o estabelecimento. Foi um começo humilde, mas eram ambiciosos os planos do que pretendiam realizar, como podemos verificar:

"A sociedade tem por fim realizar uma vantagem pecuniária e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia de um capital formado por ações de uma libra esterlina, para pôr em prática os seguintes projetos :

- abrir um armazém para a compra de gêneros alimentícios, vestuários, etc.

- comprar ou construir casas para os membros que desejam ajudar-se mutuamente, afim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social;

- empreender a fabricação de artigos que a Sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou cujos salários sejam insuficientes.

Logo que seja possível, a Sociedade procederá à organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos ou, em outros termos, organizará uma colônia autônoma em que todos os interesses serão unidos e comuns. A Sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas que desejarem fundar colônias semelhantes.

Com o fim de propagar a abstinência, a Sociedade abrirá, em um de seus locais, um estabelecimento de temperança."⁴

Verificamos, assim, que os 28 pioneiros tinham por finalidade modificar, pela associação, o meio econômico e social em que viviam. A Sociedade que fundaram foi registrada com o nome de Rochdale Society of Pioneers, e os 28 tecelões de Rochdale⁵ passaram à História como os Pioneiros de Rochdale. Lançaram as bases sobre as quais se ergueu todo o moderno edifício cooperativo.

Os princípios por eles formulados mostram seu desejo de modificar o meio social em que viviam, revelam uma nova visão da sociedade. Esses princípios são:

1) franquear a admissão na associação a todos quantos cooperarem de boa fé, sem restrições quanto à raça, cor ou credo;

2) cada membro terá direito a um voto e somente um,

não havendo votação através de procuradores;

3) o capital receberá certa taxa de juros, limitada e predeterminada;

4) os lucros líquidos serão distribuídos pelos membros, tomando-se por base o patrocínio prestado aos bens e serviços da associação;

5) todas as transações se realizarão à vista e a preços favoráveis;

5) serão verificadas periodicamente as contas, com a apresentação regular de relatórios, de sorte que todos os membros fiquem em condições de discutir os negócios da associação ponderadamente e assim agir de comum acordo;

7) os membros reunir-se-ão freqüentemente para tomar conhecimento da situação e discutir sobre um possível desenvolvimento da associação.⁶

Seus princípios foram mais tarde sistematizados por Charles Gide (1847-1932), o grande doutrinador da chamada Escola de Nimes e principal sistematizador do pensamento cooperativo. Ele passou a divulgar a cooperativa como eficaz instrumento de reforma do sistema capitalista, condenando o regime do salariado em nome da justiça e da solidariedade humana e preconizando sua supressão pacífica através da cooperação espontânea. E chegou a prever a eliminação do lucro capitalista e das injustiças sociais com a "cooperatização total" da sociedade, em seu conhecido "Programa das Três Etapas"⁷, que seriam as cooperativas de consumo, as cooperativas de produção industrial e as cooperativas de produção agrícola. Através delas os consumidores transformariam completamente a sociedade, pacificamente, até atingir a "República Cooperati -

va". Esse programa é considerado utópico pela maioria dos cooperativistas e defendido por poucos.

O movimento cooperativista atingiu quase todos os meios de vida, adaptando-se a países com sistemas políticos e econômicos diferentes, partindo da premissa enunciada por Gide de que "para todo problema econômico existe uma solução cooperativa."⁸ Há cooperativas de produção, cooperativas de consumo, cooperativas de suprimentos agrícolas, e assim por diante, tanto nos países de regime socialista como nos países de regime capitalista. Todas trabalhando para o bem comum segundo os princípios formulados pelos pioneiros em 1844, pois esses princípios exprimem verdades universais para a formação e expansão de uma ordem social mais justa e mais humana. A universalidade desses princípios e sua sobrevivência através dos anos em sistemas políticos e econômicos opostos, levam-nos a refletir na maneira como os anseios fundamentais de justiça e igualdade do homem se sobrepõem às estruturas, sistemas e regimes em que estão inseridos.

Acreditamos que o anseio fundamental de justiça que moveu os pioneiros animou outros antes deles, e outros depois deles a se unir, para modificar sua situação econômica e social, e que esse mesmo anseio fazia parte dos motivos, que levaram os 92 fundadores da primeira cooperativa que estudamos a procurar, na união, na cooperação, a maneira de enfrentar os obstáculos encontrados.

NOTAS

- ¹ BOGARDUS, Emory. Cooperação-Princípios. São Paulo. Ed. Lida - dor. 1964. p.12.
- ² PINHO, Diva Benevides. A Doutrina cooperativa nos regimes Capitalista e Socialista. São Paulo. Livraria Pioneira Editora . 1966. p.8.
- ³ HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo. A - tlas s/a Ed. 1959. p.196.
- ⁴ PINHO, Diva Benevides. op. cit. p.41.
- ⁵ Os tecelões de Rochdale foram: Charles Howarth, Milles Ashworth, Samuel Milles Ashworth, James Pamford, John Bent, David Brooks, John Collier, William Cooper, James Ialy, John Garside, George Realey, John Hill, John Holt, Benjamin Jordan, John Kerr Shaw, James Maden, William Mallalieu, James Manock, Benjamin Rudman, John Sciwcroft, Joseph Smith, James Smithies, James Standring, Robert Taylor, James Tweedale, Samuel Tweedale, James Wilkinson, William Taylor. PINHO, Diva Benevides. Economia e Cooperativismo. São Paulo. Edição Saraiva.1977. p.90.
- ⁶ BOGARDUS, op. cit. p.24.
- ⁷ PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico. In: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo. 1973. p.23.
- ⁸ PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico. op. cit. p.22.

II

COOPERATIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Ao falarmos em cooperação na América do Sul, no Brasil ou no Rio Grande do Sul, não podemos deixar de mencionar a República dos Guaranis, que floresceu em terras americanas sob a orientação dos jesuítas espanhóis, onde o trabalho era cooperativo e a produção era fornecida conforme o grau de necessidade de cada família. Essa experiência social, política e econômica foi esmagada sob a pressão dos interesses expansionistas de portugueses e espanhóis.

Não podemos deixar também de mencionar as tentativas de implantação no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina e no Paraná, das cooperativas integrais, os falanstérios, idealizadas por Charles Fourier, um dos precursores do movimento cooperativo moderno. Entretanto fracassaram, tanto a tentativa dirigida pelo dr. B. J. Mure, em 1842 - a Colônia do Saí,⁹ ao norte de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, como a Colônia "Maria Cristina", no planalto curitibano, em 1847, sob a liderança do médico francês Jean Marie Faivre.¹⁰

Cabe ao Rio Grande do Sul a posição de pioneiro do cooperativismo moderno em nosso país, visto as tentativas anteriores, no Rio de Janeiro (1890), no Maranhão (1891) e em Pernambuco (1894), entre outras, não terem sido bem sucedidas.

Esse pioneirismo é devido ao jesuíta suíço Teodoro Amstad, que no III Congresso dos Católicos Alemães do Rio Gran-

de do Sul, realizado em Santa Catarina de Feliz, em 25 de fevereiro de 1900, lançou a idéia do cooperativismo, como solução para os problemas que afligiam os colonos da região onde exercia seu apostolado - a zona de colonização alemã do Estado. De seu profundo conhecimento das dificuldades enfrentadas pelo homem da região e de sua constante preocupação com sua promoção integral, resultantes de seu contato familiar com o colono, de seu estudo ininterrupto dos problemas que afligiam a esse colono, de seu conhecimento das associações fundadas por Raiffeisen em 1847, na Alemanha, surgiu, após dois anos de intenso trabalho de conscientização, a pioneira das cooperativas de crédito do Brasil, a Caixa Rural de Nova Petrópolis.

Essa primeira cooperativa antecipou-se à primeira legislação sobre cooperativismo, o decreto nº 1.637 de 1907, geralmente considerado como marco inicial da legislação cooperativista no Brasil.

Logo após a fundação da Caixa Rural de Nova Petrópolis em 1902, seguiram-se as de Bom Princípio (1903), Santa Cruz do Sul (1904), São José do Herval, Lageado, etc. A abnegada peregrinação do padre Amstad na zona de colonização alemã originou, enfim, uma rede extensa de cooperativas que protegiam os interesses do homem da região.

Foi, portanto, a conferência do padre Amstad no Congresso de 1900 que lançou a plataforma cooperativista no Estado. Dessa forma expressou-se o sacerdote:

"Com a carroça cheia e as alimárias carregadas do fruto de seu pesado trabalho e do resultado de muito suor, o colono se dirige à casa comercial, mas as bugigangas estrangeiras,

que recebe em troca para levar para casa, ele facilmente pode colocar debaixo do braço. Por isso a queixa, que hoje se ouve com frequência: 'Pelas nossas coisas nada recebemos, mas pelo que compramos devemos pagar o valor duplo e triplo. 'Por isso esta - reis de acordo comigo se eu digo: a dependência econômica, na qual atualmente nos encontramos em relação a outros países, é na verdade uma nova escravatura, que está ameaçando o nosso país; e como foi um ponto de honra abolir a antiga escravatura, assim agora para o verdadeiro brasileiro é um dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura do nosso querido Brasil."

Descrescia, assim, a situação desfavorável dos colonos frente aos comerciantes, procurando conscientizá-los de que não deveriam continuar aceitando uma situação injusta. E continuava:

"Devemos produzir mais, para exportar mais e importar menos, senão nos endividaremos cada vez mais. Prefiram por isso os produtos nacionais aos estrangeiros."

Para incentivar a união como meio de melhorar a situação econômica, assim continuou falando aos colonos:

"Se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão, se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo sob a orientação de um deles, conseguirão afastar a pedra e abrir o caminho para todos."¹¹

Compreendemos a completa percepção que ele possui a da realidade econômica e social, regional e nacional. Baseado nela, procurava orientar os colonos para a melhor maneira de enfrentarem as dificuldades, maneira essa que seria a soma de esfor-

ços, a união de todos, a cooperação visando atingir um fim comum.

Para acompanharmos esse movimento do qual resultaram as primeiras cooperativas na zona colonial alemã do Estado precisamos conhecer a realidade social e econômica da região. Sabemos da intensa doutrinação do movimento cooperativista pelo padre Amstad, mas acreditamos que, para o sucesso da ativa campanha de conscientização por ele realizada, seria necessário que esta correspondesse às necessidades sociais e econômicas do homem da região.

Por isso nos perguntamos: qual a realidade social e econômica da zona colonial alemã do Rio Grande do Sul no princípio do século?

Os colonos alemães chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824, localizando-se no nordeste do Estado em terras não utilizadas para a criação de gado. A fundação de São Leopoldo, nessa data, foi o ponto de partida para a colonização alemã. "Entre 1824 e 1830, chegaram 4.856 colonos alemães, aos quais distribuíram pequenos lotes de terra no município de São Leopoldo. Recebem, ainda, como auxílio, o preço das passagens e um subsídio temporário de mais ou menos 160 réis por dia. Prometem-se sementes, ferramentas e ajuda governamental brasileira para trazer os colonos. Em verdade, desde o início, as promessas nem sempre eram cumpridas. O governo prussiano protestou contra os maus tratos e acabou proibindo a emigração para o Brasil. De 1830 a 1844, o Rio Grande do Sul não recebeu nenhum imigrante. Redefinidas as obrigações e direitos de ambas as partes, a imigração alemã é retomada, expandindo-se por Novo Hamburgo, Lajeado, Estre -

la, Montenegro, Caí, Santo Ângelo, Soledade, Torres e São Lourenço, construindo colônias oficiais ou particulares, expandindo as antigas e criando novas."¹²

"A imigração alemã obedeceu, até o final do século passado, a três fases: a primeira (1824-1840) baseada em uma economia de subsistência, com a instalação e organização da produção, importando manufaturados mínimos exigíveis. O governo brasileiro arcou com alguns subsídios para sustentação. Na segunda fase (1840-1870), a agricultura de subsistência produzia excedentes comercializáveis em troca de alguns produtos necessários ao consumo dos colonos. A última fase (1870-1900) diferenciou-se da anterior por dois motivos: (a) o surgimento de uma agricultura comercial especializada e (b) a ampliação do mercado consumidor dos produtos coloniais que, até a fase anterior, se restringia a Porto Alegre e, a partir de então, atingiu o centro do país. Porto Alegre foi a via comercial utilizada."¹³

Portanto, no princípio do século os colonos alemães praticavam uma agricultura comercial ao lado daquela dos produtos de subsistência e nas suas relações comerciais eram explorados pelo comerciante. Esse fato e, principalmente, o esgotamento do solo e a partilha das pequenas propriedades tornavam crítica a situação do colono. Essas dificuldades eram sentidas pelo padre Amstad, cujo conhecimento dos problemas era fruto de mais de 180 mil quilômetros percorridos a cavalo na pregação do Evangelho e na propaganda das cooperativas de crédito. Promoveu também a fundação de novas colônias para resolver o problema das terras. Por tudo isso, podemos entender que o seu movimento não poderia deixar de encontrar receptividade entre os colonos que

o conheciam e o respeitavam, encontrando, assim, a semente cooperativista lançada, um solo bem preparado para recebê-la. Podemos ver porque sua cruzada em favor do povo semeando cooperativas encontrou solo tão fértil.

Esse movimento do padre Amstad e as cooperativas que dele se originaram apresenta características que o distinguem do movimento que a partir de 1911, devido à iniciativa dos governos estadual e federal, teve lugar na zona de colonização italiana do Estado.

O movimento do padre Amstad foi espontâneo, surgido de seu conhecimento da doutrina, de seu conhecimento das necessidades do homem da região, de sua preocupação com sua promoção social e econômica. Foi realizado com paciência, amor e perseverança. Foi ao encontro do homem e de suas necessidades. As cooperativas só surgiram após intensa campanha de conscientização e foram fruto do desejo dos colonos de somar esforços para resolver seus problemas.

"A colonização italiana do Rio Grande do Sul teve início em 1875, sendo as primeiras colônias: Conde D'Eu (hoje a cidade de Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul). Em breve, novas colônias foram criadas, entre as quais Antonio Prado, Nova Milano (Emboaba), Encantado, Nova Trento (Flores da Cunha), Nova Vicenza (Farroupilha), Guaporê, Nova Prata, São Marcos e Alfredo Chaves (Veranópolis)."¹⁴

"Na área de imigração italiana, os primeiros colonos compraram lotes que variavam entre 10 e 70 hectares em média, localizando-se ao norte das terras ocupadas pelos colonos alemães."¹⁵

"Essa colonização apresentou tres etapas em seu

processo de desenvolvimento: a) o estabelecimento dos imigrantes nos moldes de uma agricultura de subsistência (1875-1910); b) o desenvolvimento de atividades vitivinícolas (1910-1950), onde a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização italiana; c) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local." ¹⁶

Na época em que começou a doutrinação do cooperativismo na região, patrocinada pelo governo, as colônias italianas encontravam-se, portanto, na segunda fase de seu processo de crescimento, quando o desenvolvimento da vitivinicultura passou a caracterizar essa área.

"Essa região produzia os mesmos tipos de produtos que a Região de Colonização Alemã do Estado, apresentando vantagens tanto na situação em relação ao mercado, pois as colônias alemãs estavam mais próximas a Porto Alegre ou junto às vias fluviais, quanto na fertilidade, visto que a qualidade dos solos das encostas da serra era inferior. Essa desvantagem foi acrescida pelo controle do circuito local e regional do comércio por estabelecimentos com sede na Região de Colonização Alemã, as chamadas "casas alemãs". A solução encontrada para superar as condições desiguais de concorrência foi a especialização na produção e na comercialização do vinho." ¹⁷

O ano de 1911 assinala o início da campanha do governo para implantar o cooperativismo na zona de colonização italiana do Estado. O Ministério da Agricultura contratou, na Itália, o Dr. José De Stefano Paternó, cooperativista com grande prática em sua terra natal e conhecedor da América, onde realiza-

ra trabalhos no Paraguai e no Brasil (Rio de Janeiro), para propagar o cooperativismo no Rio Grande do Sul. Acompanhava-o Silvío Rangel, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Essa Sociedade, fundada em 1897, desde seu início preocupava-se com a propagação dos ideais cooperativistas e dela faziam parte ilustres adeptos dessa teoria.

A finalidade do governo, ao incentivar o cooperativismo na região, era obter maior produtividade das indústrias isoladas que ali surgiam. Isso está bem claro no artigo de Stefano Paternó, publicado na revista "A Estância", de dezembro de 1911 e reproduzido na revista "Sul-Coop" de outubro de 1949:

"O programa econômico hoje em debate no Rio Grande do Sul e do qual depende a rápida ascensão do industrialismo agropecuário é o do Cooperativismo."

E mais adiante:

"Que se pretende com a afirmação cooperativista?

Infundir o espírito de associação nas classes agropecuárias do Estado para consecução, mediante o concurso das forças individuais agremiadas, atingir ao melhoramento da classe com a implantação de indústrias coletivas, que exercidas isoladamente são de difícil desenvolvimento e pouco compatíveis com as aspirações progressistas tanto individuais como sociais."

O destacado cooperativista Paulo Onofrio, em seu artigo "O Campo e a Colonia", publicado pela revista "Sul-Coop" de abril de 1949, assim explica o fracasso das várias cooperativas que surgiram como resultado dessa propaganda que, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e com o apoio do

Governo Estadual, teve lugar no Estado:

"As cooperativas constituídas durante essa campanha, tiveram toda curta existência, resultando fracassada a meritória obra daqueles técnicos. As causas desse desmoronamento, com pequenas diferenças, são as mesmas que acompanham . através dos anos as iniciativas do gênero cooperativista, ferindo-as de morte, quando não encontram conjugados o espírito de cooperação, a dedicação, a boa fé e a confiança, que constituem primordialmente os alicerces da verdadeira obra cooperativa.

É daquele período a Cooperativa de Lacticínios União Colonial, de Santa Clara, no município de Garibaldi, cuja fundação se registrou em 1912, e até hoje desenvolve suas atividades. E, ainda, a grande cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, constituída em 1913, e transformada na mais poderosa organização do gênero, no Brasil e na América do Sul, com um quadro de 12.000 associados e área de ação em todo o Estado.

Seguiu-se uma fase de estagnação, na qual se registrou apenas o aparecimento de mais algumas Caixas."

As cooperativas surgidas da intensa doutrinação de Paternó fracassaram, com algumas exceções, como as duas citadas por Paulo Onofrio. Esse fracasso foi devido à maneira como foram criadas, de cima para baixo e sem a suficiente motivação para constituírem aspiração do homem da região. Entretanto, a semente cooperativista, lançada com tanto entusiasmo por Paternó, iria brotar mais tarde.

Como olharmos a iniciativa do governo de promo - ver, através dessa intensa campanha, a formação de cooperativas

na região?

Essa iniciativa acreditamos, estar de acordo com a filosofia do regime autoritário do governo, que "tendia à formação de um esquema corporativista ou arregimentação desde cima dos grupos sociais de interesses, de maneira que pudessem ser manipulados por elementos do governo, que controlassem suas aspirações e reivindicações."¹⁸

"O Estado em seu papel de orientador das forças produtivas estimulou, assim, a formação de cooperativas porque estas possuíam maiores condições para a expansão do processo de transformação, e porque o produto a ser colocado no mercado requeria exigência de qualidade e especificações legais de higiene e saúde determinados pelo governo."¹⁹

Acreditamos, portanto, que as cooperativas fundadas nessa época na Região de Colonização Italiana do Estado foram prematuras, surgidas antes que houvesse, por parte do homem da região, conscientização suficiente, para resultar numa aspiração de resolver seus problemas econômicos através da cooperação, sendo criadas de acordo com o projeto do governo de dar orientação ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em 1926, o Ministério da Agricultura renovava a campanha, na mesma região, com os mesmos produtores e seus filhos, mas possuía então, mais experiência e eram outras as necessidades do homem da região. O grande animador, que fez brotar a semente cooperativista foi Paulo Monteiro de Barros e o marco inicial do cooperativismo no setor do vinho foi a Cooperativa Vinícola de Forqueta, fundada em 1929.

Assim refere-se Paulo Onofrio a essa campanha:

"Paulatinamente foram vencidas, a resistência e a

desconfiança, geradas pelos fracassos anteriores. Essa tarefa foi facilitada pela existência de uma legislação específica mais atualizada e pelas ameaçadoras condições em perspectiva com origem na crise econômica já esboçada.

Com a fundação da Cooperativa Viti-Vinícola Forqueta, no município de Caxias do Sul, aos 11 de agosto de 1929, a -lastrou-se auspiciosamente a idéia cooperativista num movimento de vastas proporções que reuniu em torno das cooperativas várias centenas de famílias da zona colonial italiana.

Aí começa a penetração cooperativista, que numa escala sempre crescente, dirige-se hoje para todos os quadrantes do Estado, multiplicando-se os tipos de entidades até formar o conjunto de quase 300 cooperativas com mais de 80.000 associados, em ativo e proveitoso funcionamento."²⁰

Era outra a realidade social e econômica da região. Na época da doutrinação de Paternô, os colonos haviam começado há pouco a especialização na vitivinicultura, realizavam uma industrialização artesanal, que era vendida a comerciantes que compravam o vinho sem preocupar-se com sua qualidade. As cooperativas surgidas sem o conhecimento profundo das características regionais, sofrendo, ainda, os efeitos de outros fatores, como problemas de crédito²¹ e de administração, fracassaram.

Entretanto, o crescimento dos negócios com o vinho foi pouco a pouco modificando e piorando a situação dos colonos frente aos comerciantes de vinho, que foram transformando-se em industriais, até formarem um monopólio, a "Sociedade Vinícola", constituída por quarenta e nove "exportadores de vinho", em 5 de junho de 1929. Foi o regime monopolístico do "Sindicato Vi-

ti-Vinícola" que fez com que a semente deixada por Paternó desse frutos. A campanha renovada pelo Ministério da Agricultura encontra, nesse momento, outras condições que fizeram com que dela resultassem diversas cooperativas em todo o Estado.

NOTAS

- ⁹ BOITEUX, Henrique. O Falanstério do Saí. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Fpolis, 1º Sem. 1944, p.47.
- ¹⁰ LIMBERGER, Emiliano. Cooperativa. São Leopoldo. Centreicoop . 1981. p.6.
- ¹¹ NEISS, Pe. Ruben C. Padre Teodoro Amstad (Iniciador do Cooperativismo de Crédito no Brasil). In: Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Instituto Histórico de São Leopoldo, 1976. p.249.
- ¹² MOURE. Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: RS: Imigração e Colonização. Mercado Aberto. Porto Alegre. 1980. p.157.
- ¹³ SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968. p.157.
- ¹⁴ MOURE, op. cit. p.107.
- ¹⁵ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. Ed. Hucitec, São Paulo, 1977. p.18.
- ¹⁶ MOURE, op. cit. p.96.
- ¹⁷ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Cantineiros e Colonos. In : RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1980. p.139.
- ¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia". In: Economia e Política. Porto Alegre , Mercado Aberto, 1980. p.196.

¹⁹ MOURE, op. cit. p.105.

²⁰ ONOFRIO, Paulo. Um paralelo no Cooperativismo Riograndense .
In: Sul-Coop (Cooperativismo). Junho de 1947, p.1.

²¹ LORENZONI, Julio. Memórias de um Imigrante Italiano. Porto Alegre, Sulina, 1975. p.234.

III

COOPERATIVISMO NA ZONA DA CAMPANHA GAUCHA

O cooperativismo iria atingir, no fim da República Velha, a zona da Campanha gaúcha, zona cujas características sociais, políticas e econômicas em tudo divergem daquelas das zonas de colonização alemã e italiana do Estado.

"Na divisão fisiográfica do Estado, a denominação de Campanha corresponde à região do Sudoeste, desde Uruguaiana até Bagé, caracterizada por uma topografia singela, de planícies e coxilhas baixas, e por uma vegetação de campinas rasas.

A Campanha Rio-Grandense de que nos ocupamos tem acepção mais ampla. Se, num sentido rigorosamente fisiográfico, calhou constrangê-la ao losango do Sudoeste, num plano histórico e sociológico é acertado assim chamar toda a metade sul do Estado, ou seja, o grande triângulo, do qual uma das faces é a fronteira da República Uruguaia, outra, a linha Ibicuí-Jacuí, e a terceira, a borda oeste das lagoas dos Patos e Mirim, excluído, pois, o litoral marítimo, que por outras componentes históricas foi plasmado.

É claro que, em tributo a uma objetividade rigorosa, dever-se-iam ampliar as lindes da área descrita, para nela incluir municípios como os de Itaqui e São Borja ou o de Santa Vitória do Palmar."²²

"Iniciou-se a ocupação da Campanha pelos portugue-

ses com a empresa de demarcação dos limites luso-espanhóis , em 1752, expandindo-se a partir dos núcleos pioneiros de Rio Pardo e Rio Grande. Nos setenta anos subsequentes, o povoamento progredirá ou refluirá em função das pendências de limites entre Portugal e Espanha e das questões platinas, ainda que, quase sempre antecipando-se às vitórias diplomáticas. A Campanha fez parte da área de fricção daqueles dois impérios, como já fora antes o campo de atrito entre os índios missioneiros, submissos aos jesuítas, e seus numerosos inimigos, índios minuanos, charruas, e jarós, aventureiros da Colônia do Sacramento, gaudérios de Entre Rios.

Campo aberto entre as vanguardas de dois expansionismos entrou na História a Campanha com as características tradicionais de uma terra de ninguém. Mas, ainda que assim sendo , não era de todo um deserto: povoavam-na escassamente os indígenas, que ainda foram encontrados em suas toldarias pelas comissões demarcadoras; davam-lhe tênue calor de vida os postos das estâncias missioneiras, onde se multiplicava o gado chimarrão que foi a base primigênia da pecuária rio-grandense; talavam-na por vezes os contrabandistas e preadores de gado alçado.

A concessão de sesmarias foi o instrumento de que se serviu o governo colonial para a vinculação dos povoadores a essa ampla faixa de terra de periclitante domínio."²³ A riqueza representada pelo gado, ali introduzido pelos jesuítas espanhóis²⁴ no século XVII, serviu como forte atração aos povoadores.

Nas estâncias que assim se formaram forjou-se a classe que por muito tempo exerceria predominância política, so-

cial e econômica no Rio Grande do Sul. Foram os pecuaristas dessa região que, como classe detentora do poder político, incentivaram o cooperativismo na zona colonial, embora ainda não julgassem necessário para resolver seus problemas econômicos. O porquê de sua atitude é o que tentaremos apreender.

Segundo Sandra Jathay Pesavento, "no período que se iniciou com a República e que se estendeu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a pecuária gaúcha se encontrava estagnada, sem maior avanço de suas forças produtivas. A crise se revelava tanto na atividade econômica da criação como na charqueada²⁵ e se manifestava no plano da produção e do mercado. A atividade criatória continuava a apresentar-se dentro de critérios extensivos; terras eram deixadas inproveitadas para preservação de pasto para o gado; o processo de cercamento dos campos não se achava completo, e as estâncias apresentavam grande despreparo nos cuidados a serem despendidos com o rebanho. Princípios elementares de higiene não eram aplicados, e grande era a mortalidade registrada por epidemias. Este fato, mais a matança indiscriminada, que sacrificava terneiros e vacas prenhas, contribuiu para o diminuto crescimento do rebanho. Dentro da economia gaúcha, o estancieiro era o fornecedor de matéria prima para a charqueada, e, como tal, apresentava-se na dependência dos preços oferecidos pela fração de classe dos charqueadores. Estes, por sua vez, junto com aliás, com toda a economia riograndense, apresentava-se na dependência da economia central de exportação brasileira e das necessidades geradas pelo mercado interno. Captavam os lucros, efetivamente, as casas consignatárias da venda do charque nos mercados do centro, que, por sua vez, redistribuíam as mercadorias

rias para o norte e para o nordeste, O charqueador procura resarcir-se desta exploração que sofria às custas do criador, oferecendo o preço mais baixo possível.²⁶

Porque não houve, então, campanha cooperativista, como a que os governos federal e estadual realizaram na zona colonial italiana?

Sabemos da campanha incentivada pelo governo federal e com todo o apoio do governo estadual, levada a efeito em 1911, na zona colonial italiana; sabemos que a classe dominante promovia o cooperativismo em congressos, mesmo anteriormente a essa campanha, como no congresso promovido pela Sociedade Agrícola Pastoril de Pelotas em 1908, e no realizado em Porto Alegre pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; sabemos, também, que o movimento cooperativista espalhava-se pelo Brasil, desde a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura em 1897 e, principalmente, após o primeiro congresso realizado por essa Sociedade em 1903; sabemos, ainda, da ativa propaganda em prol dos sindicatos agrícolas e caixas rurais, desenvolvida pelo Major Euclides Moura, como delegado do governo do Estado, na zona colonial em 1905.

Essas informações foram citadas pelo Doutor Joaquim Luiz Osório, quando defendia, na Assembléia Legislativa do Estado, um projeto de lei de fomento ao cooperativismo, na sessão de 8 de novembro de 1911, e publicadas pela revista "Sul-Coop" de outubro de 1941, em homenagem à memória do brilhante homem público.

As cooperativas, beneficiadas por seu projeto, seriam as de produção de vinho, as de engarrafamento de vinho, de produção de frutas, de produção de banha e de produção de laticínios, que eram as cooperativas fundadas ou em vias de fundação.

O cooperativismo era apresentado como "o aparelho verdadeiramente capaz de salvar a lavoura nacional. (o grifo é nosso).

Se a classe dominante promovia o cooperativismo para os produtos coloniais e indústrias afins, por que não o aceitava para solução de seus problemas?

A essa pergunta procuraremos respostas no decorrer do trabalho.

Não aceitamos como resposta a teoria de que o pro-palado individualismo gaúcho tenha retardado o cooperativismo dentro da classe pecuarista. Não seria ele motivo para impedir o cooperativismo, pois acreditamos como Gide "que a cooperação no fundo, é individualista porque pressupõe a ação contínua de indivíduos que têm à frente um objetivo, marchando para ele com firmeza inabalável."²⁷

Não seria, também, o tipo de estrutura agrária, a fraca urbanização, a grande distância entre as estâncias que impediriam a classe de abraçar o cooperativismo. Esses fatores não evitaram que os pecuaristas se unissem através da história, quando a necessidade assim o exigiu, quando da presença do inimigo comum.

Tampouco podemos dizer que a classe dominante desconhecia o movimento, pois vimos como o propagara e incentivara na zona colonial.

Achamos que o cooperativismo foi retardado entre a classe pecuarista por não haver, da parte dela, o coeficiente de necessidade que exigisse a soma de esforços através de empresas cooperativas para a solução de seus problemas.

A classe gozava de segurança econômica, e como classe dominante fazia suas reivindicações através de seus órgãos de classe (União dos Criadores, Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul), a um poder político representado por uma de suas facções. Esses interesses eram atendidos, sempre que houvesse recursos por parte do governo estadual e sempre que não conflitassem com os do centro econômico nacional.

A classe pecuarista reivindicava como classe consciente de sua realidade social e econômica, procurando defender seus interesses em cada crise que enfrentava, crises frequentes, devido a problemas estruturais e ao papel periférico ocupado pela economia estadual dentro do contexto nacional. Economia periférica de um país periférico, não podemos estranhar as frequentes dificuldades que atravessava. Além disso, os produtos da pecuária riograndense sofriam a concorrência de similares platinos, que, ao contrário do que acontecia no Rio Grande do Sul, ocupavam nos países do Prata a posição ocupada pelo café na economia brasileira.

A classe dos pecuaristas, formada por criadores e charqueadores, estava dividida politicamente em duas facções, uma delas ocupava o poder, enquanto a outra facção era o único setor que na República Velha poderia reagir como classe. Ambas facções, nos congressos rurais esqueciam suas divergências, sentando-se lado a lado para discutir seus problemas comuns.

A freqüência das crises na pecuária levou os produtores a delastomar consciência e a tomar posição para a defesa de seus interesses. Portanto, na época em que o governo incentivava o cooperativismo na região de colonização italiana, os criadores, conscientes como classe, reuniam-se em Assembléias para discutir e tomar as providências necessárias à defesa de seus negócios. O Estado incentivava-os a se associarem e apoiava suas tentativas de modernização.

Com a primeira guerra começou um período favorável para a pecuária gaúcha, devido às necessidades de abastecimento dos países europeus. Esse período fez com que os criadores investissem na modernização da pecuária, sempre incentivados pelo governo. Terminada a guerra, a conjuntura tornou-se novamente difícil, agravada então pelos investimentos feitos na época áurea, que os criadores se viam impedidos de saldar. A crise que atravessou a pecuária gaúcha a partir de então, quando a procura por seus produtos diminuiu, deixando-a endividada por causa dos melhoramentos introduzidos, foi, segundo Olavo Saldanha,²⁸ a mais desastrosa porque passou o Rio Grande, rodeios íntegros e de alta mestiçagem foram sacrificados. A parcimonia nos desfrutes desapareceu, terneiros, vaquilhonas, tudo marchava aos frigoríficos e saladeiros para cobrir necessidades que cada vez mais cresciam, enquanto a depressão agravava, cada vez mais, o desajustamento geral.

Espelha bem a situação as grandes matanças de 1924-1925, tendo cada uma delas superado a casa de um milhão de rezes abatidas. Afora o gado sacrificado sem controle, a síntese fria desse quadro foi que o Rio Grande passou de onze milhões de

rezes em 1921 para apenas oito milhões em 1935."

A pecuária gaúcha em dificuldade continuava com a predominância política no Estado, mas outros setores da economia estavam em expansão, como a agricultura do arroz, o que dava ao governo outras alternativas de apoio político, dando-lhe condições de manter uma política de desenvolvimento global da economia.

"Os estancieiros, no momento de crise, exigiram do Estado um posicionamento de classe, ou seja, que o governo fosse um governo de pecuaristas e que os problemas da pecuária, como atividade econômica predominante no Estado, fossem atendidos com prioridade, e, porque não dizer, com exclusividade pelo governo.

Na medida em que, no plano local, o governo não cedeu aos pecuaristas, nem no plano nacional a representação gaúcha e Borges de Medeiros conseguiram fazer prevalecer os interesses econômicos de uma região periférica (aceitação de uma política nacional de defesa da pecuária), a crise econômica evoluiu do Estado para uma crise política."²⁹

A crise política resultou na revolução de 1923, mais um conflito "intraclasse" dominante na história do Rio Grande do Sul, que agravaria ainda mais a situação penosa da pecuária.

A crise pecuarista, portanto, agravava-se cada vez mais. Com sua intensificação acentuavam-se as contradições entre as duas frações de classe: criadores e charqueadores, que, unidos em torno de seus órgãos de classe, reivindicavam, junto ao governo, solução para seus problemas. As autoridades procuravam

atender, na medida do possível, um e outro setor. Getúlio Vargas, eleito em 1928, prometeu aos pecuaristas solução para seus problemas e tomou medidas em seu benefício, como a criação, em 1929, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que incentivava as associações de classe.

Os estancieiros experimentavam grandes expectativas das medidas tomadas por Getúlio Vargas em benefício da pecuária. Este procurava, ainda, defender a idéia de associação entre os criadores, idéia essa que vinha desde o governo de Borges de Medeiros.

Os crescentes problemas que afligiam os pecuaristas, como as constantes quedas no preço do charque, a concorrência sofrida por este produto pelos de melhor qualidade dos países do Prata, a situação periférica do Estado dentro da economia nacional, o acirramento das divergências entre charqueadores e criadores, levaram estes, no fim da República Velha, a se organizarem em cooperativas.

O coeficiente de necessidade existia, agora, para os pecuaristas procurarem dentro de cooperativas a solução para os seus problemas econômicos. Era do interesse do governo que se fundassem essas entidades, mas só esse interesse, sem aquele dos produtores, não seria suficiente para o sucesso que tiveram as cooperativas de pecuaristas no Estado.

Em 1928 foi fundada, em Pelotas, a Cooperativa Pastoral Sul-Rio-Grandense, com o fim de congregar os criadores e invernadores para, em ação conjunta, realizarem a regularização dos negócios do gado, bem como melhorar e defender a indústria pecuária do Rio Grande do Sul. Dentro desses objetivos, destacava -

se o de conseguir um bom preço pelo gado e proporcionar os meios de promover a industrialização da carne.

A crise econômica mundial tornou ainda mais aguda a crise da pecuária gaúcha. O charque, seu principal produto, so fria constantes diminuições em seu volume de exportação, como no tamos pelos dados seguintes.

QUADRO I

ANOS	TONELAGEM	VALOR	PREÇO POR QUILO
1927	61.411	73.530.323:000	1\$397
1928	53.836	97.220.900:000	1\$805
1929	45.879	104.713.680:000	2\$283
1930	35.695	80.273.472:000	2\$248
1931	32.385	61.670.330:000	1\$694
1932	40.874	69.556.363:000	1\$701

FONTE : PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Economia e o Poder nos anos 30. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980.p.52.

Além do mercado ser desfavorável, os frigoríficos estrangeiros, que se haviam instalado no Estado durante o go verno de Borges de Medeiros (1917), como uma das tentativas, por parte deste, de modernização da pecuária, passaram a competir com as charqueadas e a submeter os criadores a manobras baixistas.

O quadro da indústria frigorífica, devido à falta

de mercados, observado através do abate do frigorífico Armour era o seguinte:

QUADRO II

ANOS	NOVILHOS	VACAS	TERNEIROS	GADO CRIA	TOTAL
1930	140.848	38.863	35.545	-	215.256
1931	59.746	6.850	40.135	721	107.452
1932	64.546	15.178	31.009	1.822	112.555
1933	60.589	14.246	21.684	-	96.519

FONTE: PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Economia e o Poder nos anos 30. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980.p.52.

Devido à crise nas charqueadas e frigoríficos houve queda no preço do gado, atingindo duramente a economia gaúcha. Os dados acima mostram-nos a gravidade da crise, se observarmos os números que expressam o sacrifício de vacas, terneiros e gado de cria, que evidenciam as necessidades prementes dos pecuaristas.

O comércio de lã,³⁰ outro produto importante para os pecuaristas, sofreu, em 1932, uma grande queda, como vemos:

QUADRO III

	TONELADAS	VALOR (EM RÉIS)
1930	7.362	44.078:573\$000
1931	6.991	37.791:352\$000
1932	1.772	6.277:050\$000

FONTE: PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS - A Economia e o Poder nos anos 30. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980, p.56.

A crise, portanto, atingiu plenamente a economia gaúcha. Tanto os criadores quanto os charqueadores procuravam soluções para enfrentá-la. Os charqueadores reuniam-se em seu Sindicato, criado em 1928, e os criadores discutiam seus problemas em congressos da classe rural e através da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a FARSUL. O governo procurava soluções para o problema de ambos, que era fundamental para a economia gaúcha. Como parte dessas soluções, o cooperativismo, já iniciado no fim da década anterior, ganhou grande impulso. A FARSUL e o governo empenharam-se também, na implantação de um frigorífico nacional, pois a exploração dos frigoríficos estrangeiros havia despertado sentimentos nacionalistas entre a classe dos criadores. Para a implantação do frigorífico nacional, os criadores fundaram a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes, a 24 de julho de 1931, com apoio material e moral do governo estadual, empenhado em resolver a crise da pecuária.

O movimento cooperativo entre os pecuaristas sur -

giu, assim, como decorrência da necessidade de procurar novos caminhos para enfrentar suas dificuldades econômicas que se agravavam. Como resultado tanto da crise como da política do governo a favor da associação, começaram a surgir as cooperativas regio - nais ligadas através da FARSUL e amparadas pelo governo do Esta - do quanto ao capital necessário. Surgiram assim: a Cooperativa Santanense em Sant'Ana do Livramento (1931); a Sociedade dos Fa - zendeiros em Bagé (1932); a Alegretense de Carnes, em Alegrete (1933); a Sociedade Saladeiril Gabrielense Ltda. (1933), em São Gabriel; Cooperativa Rural Gabrielense Ltda., em São Gabriel (1934).³¹ Ao lado das cooperativas de pecuaristas, surgiam as ligadas à lavoura e à agropecuária colonial, disseminando-se o movimento cooperativo por todo o Estado.

Com relação a esse surto, assim referiu-se o pecua - rista e cooperativista, Dario Brossard:

"Embora já tenhamos várias cooperativas no Estado, algumas em franco progresso, correspondendo perfeitamente à fina - lidade que têm, embora a marcha do movimento cooperativista te - nha tomada um surto animador nestes últimos anos - sabemos das dificuldades encontradas na formação de nossas cooperativas, principalmente pela falta de conhecimento de seus nobres objeti - vos: produzir melhor e mais barato; eliminar a especulação; sa - near o comércio; dignificar o braço trabalhador; resolver, den - tro dos princípios econômicos e da moral, a luta do capital e do trabalho; ligar produtores e consumidores, operários e patrões nos mesmos laços de solidariedade - tais são algumas finalidades do cooperativismo, "movimento que vem impregnado de moral".³²

Adequando a legislação à nova realidade do movimenu

to cooperativo no Brasil, o Governo Provisório revogou a Lei nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que regulava o funcionamento dos sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Este passaria a reger-se pelo Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, "que estabelecia que as sociedades cooperativas seriam de pessoas (sete ou mais) e não de capitais. Seria limitado o número de quotas partes de capital social que cada sócio poderia deter. Os lucros seriam distribuídos proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade. As cooperativas deveriam adotar estatutos que apresentassem normas para o seu regulamento."³³

O Decreto nº 22.239, a primeira lei definitivamente cooperativista do Brasil, foi considerado excelente pelos cooperativistas, entre eles Fábio Luz Filho, pois, segundo eles, oferecia ao cooperativismo maior e mais seguro campo de ação. Entretanto, não demorou para que essa lei considerada "uma lei notável para a época", fosse revogada para adequar a legislação cooperativista à política do governo, o sindicalismo cooperativista. Em 20 de dezembro de 1933, surgiu o Decreto nº 23.611, que facultava a constituição de consórcios cooperativistas e a 10 de julho de 1934 foi baixado o Decreto nº 24.647 que estabelecia bases, normas e princípios para a cooperação profissional e para a cooperação social; e instituía o Patrimônio dos Consórcios Profissionais Cooperativos. Esses decretos foram recebidos com protestos pelos cooperativistas, que passaram a lutar tenazmente por sua revogação, o que veio a acontecer em 1938 com a Lei 581, que revigorou a lei verdadeiramente rochdaleana, o Decreto 22.239 de 1932.

Vemos assim, o interesse do governo pelo cooperativismo, como meio de orientar as forças produtivas, no sentido de realizar seu plano de desenvolvimento global da economia nacional. Entretanto, acreditamos que se as cooperativas assim fundadas tiveram êxito foi porque havia, por parte dos produtores, uma necessidade real de cooperar, de somar esforços para melhor realizarem seus negócios. Sabemos, no caso dos pecuaristas, que havia integração da classe, de uma classe consciente de suas necessidades econômicas, acostumada a associar-se para defender seus direitos, vindo, assim, o cooperativismo ao encontro de seus anseios de justiça em suas relações econômicas e sociais.

Na convocação da FARSUL, para o IV Congresso Rural, realizado em maio de 1930, em Porto Alegre, notamos a consciência de classe dos criadores e sua visão de seu papel a desempenhar na economia do Estado:

"Dos rurais, de sua capacidade de trabalho, do bom êxito de suas iniciativas e esforços, depende, em primeiro lugar, a possibilidade de expansão de cada região. Cada terra deve produzir de modo que se baste a si mesma, naquilo que for possível, e para bastar-se é necessário a organização da produção. Reunindo-se periodicamente a classe rural, em congressos, procurando estudar as suas necessidades, os meios de bem produzir e de bem defender seus interesses, ela terá cuidado de modo eficiente do bem-estar do Rio Grande." ³⁴

As charqueadas cooperativas que surgiram na década de 30 foram a maneira encontrada pelos criadores para melhor defender seus interesses, para melhor garantir o produto da pecuária que mais importância ocupava na pauta de exportações do Esta

do, precedendo, em mais de uma década, as cooperativas de lãs , que surgiriam, então, para a defesa de outro produto importante, para a sua economia e para a economia do Estado.

NOTAS

²² COSTA FRANCO, Sérgio da. A Campanha. In: Rio Grande do Sul - Terra e Povo. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. p.65.

²³ COSTA FRANCO, op. cit. p.66

²⁴ De um modo ou de outro, o que se pode afirmar de positivo é que foram os Jesuítas quem introduziu os primeiros rebanhos nos pueblós da margem direita do rio Uruguai, no ano de 1629. Pouco a pouco, mediante novas importações, sobretudo da atual Província de Corrientes, o gado expande-se em vários pontos e em todos eles encontra condições favoráveis. Formam-se currais nas aldeias; surgem as invernadas, os campos de cria; povoam-se de gado regiões afastadas. Cavalos, ovelhas e cabras vêm completar, ora vindos de Assunção, ora vindos de Buenos Aires, a riqueza ganadeira do Oeste. CESAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed.Globo, 1970. p.76.

A falta de dados históricos sobre a nossa indústria pastoril, impossibilita-nos de estudar a verdadeira origem dos nossos atuais ovinos. Partindo, porém, da hipótese de que o nosso rebanho provenha das repúblicas platinas, o que é perfeitamente admissível, podemos concluir que os primitivos ovinos introduzidos no Estado do Rio Grande do Sul, eram descendentes dos primeiros rebanhos trazidos a este continente pelos conquistadores, logo depois da descoberta da América.

Esses rebanhos vieram da Espanha, segundo alguns autores, ou do Oriente segundo outros. VIEIRA, Geraldo Veloso Nunes. Criação de Ovinos. São Paulo, Ed.Melhoramentos, 1965. p.34.

A criação de ovinos, embora esteja difundida por quase todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, na realidade só tem expressão numérica e econômica apreciável em apenas trinta deles, cujas produções de lã ultrapassam de 40 mil toneladas. Entre esses municípios destacam-se os da zona da Campanha. VIEIRA. op. cit. p.39.

²⁵ Passo decisivo para o progresso da Campanha foi a fundação da indústria do charque, em seguimento à iniciativa de José Pinto Martins, em 1780. Abrir-se-ia, então, um mercado valioso para a pecuária, que antes se limitava à extração de couros e ao difícil tráfico de gado em pé, para São Paulo. COSTA FRANCO, op. cit. p.68.

A produção industrial do charque, ou carne seca, data de 1780 e foi até 1935 a principal fonte de renda do Rio Grande. ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969, p.29.

²⁶ PESAVENTO, op. cit. p.215.

²⁷ BOGARDUS, op. cit. p.43.

²⁸ SALDANHA. Olavo. Esboço Histórico da Evolução Pecuarista de Livramento. Revista do Centenário, Sant'Ana do Livramento, 1957. p.37.

²⁹ PESAVENTO, op. cit. p.221.

³⁰ Exportamos este produto pela primeira vez em 1855. Obtivemos uma péssima classificação nas praças da Alemanha, para onde o mandamos, em consequência dos defeitos e de sua qualidade inferior.

A lição foi proveitosa: procuramos aperfeiçoar o beneficiamento e melhorar os rebanhos ovinos e em 1861 exportamos 431.730 Kg no valor de 149:833\$037.

O ano de 1897 marca o início do valor de nossa exportação em mais de mil contos. SOUZA DOCCA, E.F. de. História do Rio Grande do Sul. Rio, Edição da Organização Simões, 1954. p.61.

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Economia e o Poder nos Anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.117.

³² Correio do Povo, Porto Alegre, 4 de agosto de 1933. p.8. In : PESAVENTO, A Economia, op. cit. p. 118.

- ³³ Sul-Coop (Cooperativismo) Secretaria dos Negócios da Economia Porto Alegre, Jan. Fev. 1963, p.2. In: PESAVENTO, A Economia, op. cit. p. 110.
- ³⁴ Anais do IV Congresso Rural, Porto Alegre, 1930. p.3. In: PESAVENTO, A Economia, op. cit. p.27.

IV

ORIGEM DAS COOPERATIVAS DE LÃS DO RIO GRANDE DO SUL

As cooperativas de lãs somente surgiram na década de 40, apesar de a classe pecuarista ter começado a aceitar o cooperativismo como solução para seus problemas econômicos já no fim da década de 20.

Acreditamos que o fato de a ovinicultura ser paralela à bovinicultura nas fazendas da zona da campanha do Rio Grande do Sul e sendo esta última a atividade econômica mais importante, tanto para o produtor como para a economia do Estado, foi um fator importante para que os pecuaristas se preocupassem em primeiro lugar com a defesa de seu principal produto.

"Foi somente a partir de 1938 que o rebanho ovino riograndense passou a merecer especial atenção dos poderes públicos, especialmente da Secretaria da Agricultura, recentemente criada. Até essa data a desorientação entre os criadores era generalizada. A sarna e a verminose ainda constituíam os principais fatores que neutralizavam qualquer medida visando ao aumento e melhoria dos ovinos. A comercialização da lã era feita sem qualquer preocupação quanto à qualidade do produto, limitando-se apenas em agrupar toda a produção em três classes: fina, cruzafina e grossa. Grande parte dos reprodutores machos eram obtidos do próprio rebanho, e os carneiros, que os criadores mais progressistas adquiriam, procediam do Uruguai e Argentina, porém apreciando apenas seus caracteres raciais e ignorando total

mente os defeitos ou qualidades da lã por eles produzida.

Com a criação do Serviço de Peles e Lã, transformado mais tarde em Serviço de Ovinotecnia, foi elaborado um plano de ação que abrangia todos os setores da ovinicultura, e tendo por objetivo eliminar os fatores que impediam o aumento e a melhoria da produção ovina.

A I Exposição Estadual de Lãs, realizada em 1939, em Uruguaiana, marca o início da nova era para a ovinicultura riograndense, pois partiu dali a pregação doutrinária visando a despertar a consciência dos criadores para a importância desse ramo da pecuária e a necessidade de uma ação conjunta com os órgãos responsáveis pela assistência técnica oficial." ³⁴

Acreditamos que a contínua valorização dos rebanhos ovinos e da produção da lã, que passou a ocorrer, foi um fator importante para a crescente preocupação do governo com a comercialização da lã e influenciou em seu interesse de incentivar o cooperativismo entre os ovinicultores gaúchos.

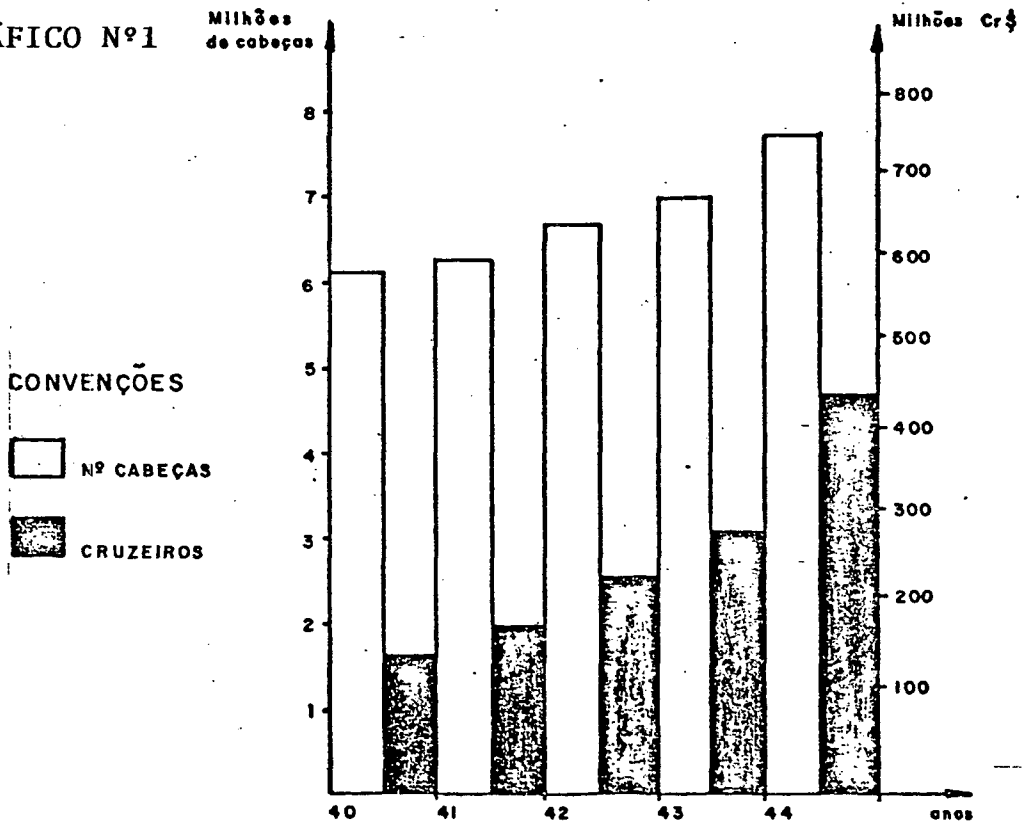
Os quadros IV e V assim como os gráficos nº 1 e 2 mostram-nos a população ovina e a produção de lã bruta do Rio Grande do Sul e sua valorização, no período compreendido entre 1940 e 1944, ano em que surgiram as cooperativas de lãs no Estado.

QUADRO IV
POPULAÇÃO OVINA

ANOS	Nº DE CABEÇAS	VALOR EM Cr\$	Nº ÍNDICES	
			REBANHO	VALOR UNITÁRIO
1940	6.135.560	164.119.270	100	100
1941	6.253.550	200.289.500	102	120
1942	6.603.300	255.289.500	108	145
1943	6.990.570	308.969.850	114	165
1944	7.702.680	468.855.500	126	228

FONTE: Séries referentes à população ovina e produção de lã. 1940 /1955. Departamento Estadual de Estatística. RS., 1956.

GRÁFICO Nº1



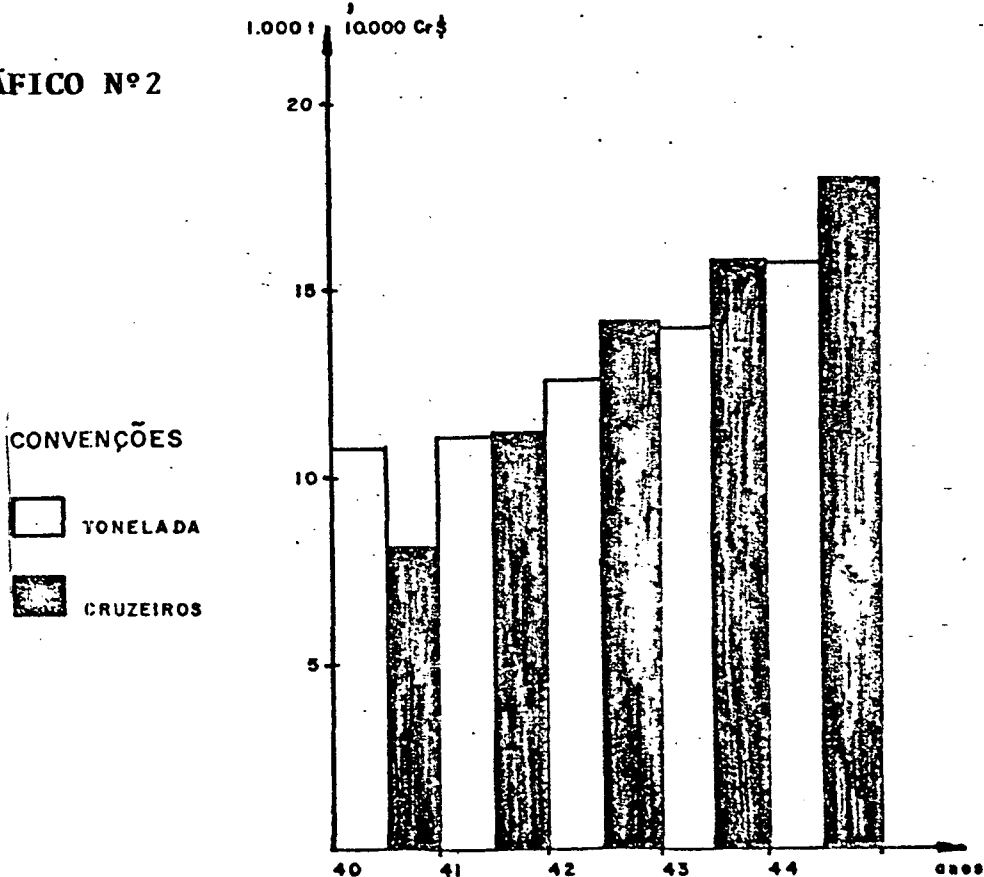
QUADRO V

PRODUÇÃO DE LÃ BRUTA

ANOS	PESO EM QUILOS	VALOR EM Cr\$	Nº ÍNDICES	
			PRODUÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1940	10.749.000	81.278.700	100	100
1941	10.911.850	109.291.700	102	132
1942	12.452.170	141.589.040	116	150
1943	13.844.600	157.122.350	129	150
1944	15.697.650	179.222.920	146	151

FONTE: Séries referentes à população ovina e produção de lã. 1940 /1955. Departamento Estadual de Estatística. RS. 1957.

GRÁFICO Nº2



A produção de lã apresentou, nesse período, progresso mais acentuado, e seu valor, cujo crescimento foi pronunciado até 1942, permaneceu praticamente estável até 1944, conforme vimos no Quadro V e no gráfico nº2.

Tomando como base o ano de 1940, verificamos, portanto, pelos dados dos quadros IV e V, a crescente valorização do rebanho ovino e da lã no Estado do Rio Grande do Sul. Essa valorização foi consequência das medidas tomadas pela Secretaria de Agricultura e pelos ovinicultores gaúchos, visando obter a melhoria da produção ovina.

Tanto o rebanho como a produção de lã mereciam todo o apoio do governo, visto representarem quase 98% da produção do Brasil. Em 1944, ano em que surgiram as cooperativas de lãs no Estado, a produção de lã brasileira era de 16.016.360Kg, sendo a produção gaúcha 15.697.650 Kg, o que correspondia a 98,01% da produção nacional. Essa posição da lã gaúcha manteve-se estável como podemos verificar pelo Quadro VI.

QUADRO VI

PRODUÇÃO DE LÃ BRASILEIRA E GAÚCHA (QUADRO COMPARATIVO)

ANOS	BRASIL Peso em Kgs.	RIO GRANDE DO SUL Peso em Kgs.	PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO À DO BRASIL. (%)
1944	16.016.360	15.697.650	98,01
1945	20.857.800	20.552.270	98,54
1946	22.771.680	22.442.790	98,56
1947	18.675.520	18.282.420	97,90
1948	18.099.800	17.764.900	98,15
1949	17.580.170	17.269.035	98,23
1950	19.659.080	19.278.670	98,07
1951	20.553.350	20.127.450	98,02
1952	21.232.740	20.762.640	97,79
1953	24.199.070	23.711.850	97,99
1954	25.360.000	24.849.440	97,99

FONTE: Séries referentes à população ovina e produção de lã - 1940-1955. Departamento Estadual de Estatística. RS.1956.

O lugar ocupado pela lã na pauta de exportações do Estado foi importante, para o estímulo dado pelo governo ao movimento cooperativista entre os ovinicultores. Estava esse produto entre os 10 principais, na pauta de exportações como verificamos pelo quadro seguinte.

QUADRO VII

COMÉRCIO EXTERIOR E INTERESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL E X P O R T A Ç Ã O

Is produtos	1935		1936		1937		1938		1939		1940		1941		
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos	
.....	101.045	68.950	154.935	107.874	140.602	137.170	174.351	131.654	219.500	130.554	160.452	107.025	128.486	134.179	1
.....	33.927	78.725	36.498	26.746	31.166	101.924	24.285	72.449	31.351	86.442	19.405	49.615	15.201	53.131	2
cong. e cõns.	33.647	56.458	40.759	75.975	46.116	80.126	34.934	56.995	44.764	108.674	74.511	201.377	55.498	223.513	3
mineral	186.717	10.151	87.596	5.156	52.442	5.732	127.401	6.370	123.801	6.217	177.121	10.854	222.515	13.652	4
s	26.388	19.157	24.674	25.327	27.842	25.084	21.376	12.522	23.991	15.137	25.686	19.532	11.402	11.933	5
civiles	20.379	48.057	20.153	71.422	25.530	107.827	22.341	37.560	20.825	78.319	23.677	87.441	27.715	115.724	6
de mar	28.534	7.610	25.634	9.626	25.845	15.134	22.045	10.159	20.804	10.160	22.663	6.250	14.375	4.510	7
.....	28.343	11.894	35.216	23.687	36.495	31.406	22.480	13.281	47.624	26.026	42.902	32.058	36.355	23.058	8
diversos	15.558	46.366	18.947	54.752	19.917	60.775	15.605	38.629	23.257	49.955	21.250	52.495	20.668	48.341	9
versus	3.462	44.767	6.210	55.313	6.070	55.197	3.731	25.016	7.050	45.113	7.823	49.000	10.864	107.506	10
.....	24.528	4.827	33.562	1.503	36.279	9.055	64.176	7.050	84.754	10.626	76.814	16.700	81.151	21.940	11
ferro e aço	6.177	14.756	5.002	20.654	5.810	23.426	3.192	27.952	3.255	20.655	3.018	21.581	3.461	32.677	12
grpxas div.	18.794	24.694	10.566	18.226	15.550	25.252	11.508	18.039	12.853	17.455	10.617	16.779	10.035	17.214	13
.....	36.685	37.497	40.378	41.545	42.555	43.171	30.314	29.690	34.657	31.665	34.859	31.674	36.055	52.310	14
.....	68.277	125.153	54.209	100.521	61.448	136.531	29.663	51.000	84.162	78.319	33.293	92.353	25.011	78.349	15
produtos	78.130	122.537	81.169	133.565	68.904	131.832	104.890	127.475	138.399	221.941	120.194	213.051	91.118	263.035	16
tal	715.691	722.554	687.499	16.292	707.371	1060.138	752.652	630.161	835.230	934.138	874.735	1.029.825	790.445	1.205.222	

Em 1937, os dados são provenientes do "Boletim nº 12, do Ministério da Fazenda"; a partir de 1938, do Dep. Est. Estatíst.

FONTE: Boletim da FARSUL, abril de 1942, p.8.

A crise mundial de 1929 havia atingido, também, a comercialização da lã, que teve a sua maior baixa em 1932, ano em que se agravaram as divergências políticas no país, que culminaram no movimento contra revolucionário de 1932, fator que influenciou enormemente na comercialização da lã gaúcha, visto ser o Estado de São Paulo o principal comprador. Os dados seguintes mostram-nos a queda sofrida no comércio de lã:

QUADRO VIII
COMERCIO DE LÃ

ANOS	TONELADAS	VALOR (em rês)
1930	7.362	44.078:573\$000
1931	6.881	37.791:050\$000
1932	1.772	6.277:050\$000

FONTE: PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Economia e o Poder nos Anos 30. Mercado Aberto. PA, 1980, p.56.

O desenvolvimento das indústrias paulistas de tecidos foi um fator importante para a recuperação da lã gaúcha. Os dados seguintes, representados no quadro IX, mostram como se processou a exportação de lã gaúcha de 1935 a 1944. Esses dados demonstram a recuperação do comércio de lãs, que havia sofrido uma grande queda em 1932, como verificamos anteriormente. Analisando o quadro IX, vamos notar nova queda na tonelagem de lã exportada em 1942 e 1943.

QUADRO IX
COMERCIO EXTERIOR E INTERESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
EXPORTAÇÃO DE LÃ

ANOS	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS
1935	8.462	44.767
1936	8.610	65.313
1937	6.070	55.197
1938	9.731	63.016
1939	7.060	45.163
1940	7.823	69.020
1941	10.856	107.506
1942	6.130	141.589
1943	7.800	157.112
1944	10.936	179.222

FONTE: Boletim da FARSUL de abril de 1942 (para os anos de 35 a 41).

Séries referentes à população ovina e produção de lã. Departamento Estadual de Estatística. RS. 1956 (para os anos de 41 a 44).

A progressiva valorização da lã, o lugar por ela ocupado na pauta de exportações do Estado, como, também, a necessidade de racionalizar a sua produção, foram fatores importantes para a atenção dispensada pelos governos estadual e federal aos problemas da ovinicultura, incentivando o cooperativismo como solução para os problemas enfrentados por esse setor da economia.

Esses fatores influíram no interesse do governo em procurar, através do cooperativismo, racionalizar a comercialização de um produto de tanta importância econômica como a lã, o que era coerente com a política adotada, principalmente, após a Revolução de 30, de diversificar e controlar as forças produtivas através de órgãos de classe. Entretanto, não bastaria o interesse do governo, se este não estivesse apoiado nos desejos dos pecuaristas de modificar as suas relações econômicas no setor, através do cooperativismo, que já tinham anteriormente adotado para a comercialização da carne.

Até agora, temo-nos referido, apenas, ao propósito do governo em implantar o cooperativismo entre os ovinicultores, o que pode parecer dar a entender que o consideramos como o fator mais importante para o sucesso do cooperativismo entre eles, quando é justamente a hipótese contrária que pretendemos demonstrar. Acreditamos que o cooperativismo entre os pecuaristas encontrou solo fértil porque o movimento veio ao encontro dos anseios da classe, da mesma maneira como anteriormente, havia correspondido aos seus interesses em relação à carne. Precisamos saber, portanto, quais foram as circunstâncias que fizeram com que os ovinicultores estivessem prontos a abraçar o cooperativismo como solução para seus problemas econômicos, originando as cooperativas de lãs no Estado.

Essas circunstâncias acreditamos estarem ligadas às dificuldades sempre crescentes encontradas para a comercialização do produto. Sua constante valorização aumentava a ganância dos intermediários, representados pelas barracas de lãs. Essa e outras circunstâncias, que analisaremos a seguir, foram fatores

importantes para os pecuaristas aceitarem o cooperativismo para seus problemas referentes à lã, como anteriormente o haviam feito para resolver os problemas enfrentados por seu principal produto, a carne.

Na época estudada, a comercialização da lã processava-se da seguinte maneira: o criador vendia a lã diretamente no galpão para os representantes das fábricas gaúchas e, principalmente, paulistas, ou a entregava às barracas. Essa afirmação que fazemos tornar-se-ã evidente à medida que analisarmos as notícias referentes à comercialização, que eram publicadas nos jornais da região. Neles, encontra-se uma página com assuntos de interesse dos pecuaristas, como notícias sobre a carne e a lã, sobre outros produtos da pecuária e sobre a situação dos mercados concorrentes e dos mercados compradores. Como o objeto de nosso estudo é uma cooperativa de lãs, analisaremos, apenas, as notícias referentes a esse produto.

Através dessas notícias e das encontradas nos boletins da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul - FARSUL, é possível apreender os problemas referentes à comercialização da lã nos anos que precederam o aparecimento das cooperativas de lãs no Estado.

O boletim da FARSUL de dezembro de 1939, transcreve as notícias mais recentes sobre o mercado internacional de lãs, obtidas de um telegrama de Buenos Aires, publicado pelo "Diário de Notícias" de Porto Alegre, do dia 25 de novembro. Essas notícias referiam-se ao novo "record" no preço da lã, cuja cotação havia chegado a 23.50 pesos por 10 quilos, numa partida de 6.000 quilos, cruza média, que havia sido remetida à praça de

Buenos Aires por um estabelecimento de Gualeguai, província de Entre Rios, e que havia sido adquirido para ser manufaturado pela indústria local.

Eram animadoras as perspectivas no mercado, principalmente pelo fato de o governo inglês haver comprado toda a safra de lãs da Austrália, desaparecendo, assim, do mercado internacional, o maior vendedor de lãs (395.000 toneladas). Devido a isso, os países grandes compradores teriam, forçosamente, que recorrer a outros mercados, abrindo possibilidades animadoras para os mercados sul-americanos.

Em agosto de 1940, a FARSUL³⁵ informava que o saldo de lã estava em mãos de barraqueiros, orientando os criadores sobre a campanha baixista que estava sendo levada a efeito no Estado e no Uruguai, procurando fazê-los aceitar preços ínfimos na safra que se aproximava. Mostrava a necessidade que os exércitos europeus tinham do produto e fornecia dados sobre a exportação do Estado, consumo interno e estoque, dados esses retirados de publicação do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Foram os seguintes os elementos fornecidos então, pela FARSUL aos ovinucultores:

Média das exportações dos anos de 1934 a 38	-	4.333.587	quilos
Ano de exportação máxima	1936	-	6.216.320 "
Ano de exportação mínima	1934	-	2.587.320 "
Seis meses de exportação	1939	-	3.302.847 "
Produção, inclusive importação do norte do Uruguai		-	15.000.000 "

Por esta estatística via-se:

- a) que a produção gaúcha era de 15.000.000 quilos
- b) que a média de exportação era de 4.374.599 "

c) que o consumo interno era de	10.605.441 quilos
d) o estoque existente era de	1.000.000 "

Alertava que, para uma indústria que absorvia 10.605.441 quilos de lãs anualmente, a quantidade de lã em estoque não era suficiente para a baixa de preços, pois com a guerra a exportação de tecidos havia se estendido aos países vizinhos, havendo pedidos até da Europa. Portanto, a lã não deveria ser vendida a menos de 100\$000 a arroba.

Em fevereiro de 1941, eram animadoras as notícias sobre o mercado de lãs:

"O mercado de lãs está animado tanto aqui como nas nações do Prata.

República Argentina	Peso argentino
Lã fina	de 15,10 a 18 os 10 quilos
Lã merina australiana	20,20 os 10 "
Uruguai	Peso ouro uruguaio
Lã merina supra	de 10,50 a 11,50 os 10 "
Lã cruza fina	de 10,60 a 11,00 os 10 "
Lã cruza grossa	de 9,10 a 9,80 os 10 "
Rio Grande do Sul	

As cotações são de 120\$000 a 140\$000 os 15 quilos. O último preço corresponde às atuais condições do mercado mundial."³⁶

No final do mesmo ano, o jornal "O Republicano" informava, por notícias procedentes de Montevideu, que os Estados Unidos tinham o propósito de adquirir todo o estoque de lã da América do Sul, em vista das dificuldades, cada vez maiores, que apresentava a navegação com a Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, os principais países fornecedores. Esses esto-

ques eram necessários para substituir as reservas quase esgotadas de suas fábricas.³⁷

Em janeiro de 1942, a FARSUL noticiava a III Expo_{si}ção Estadual de Lãs, que se realizaria em Livramento, nos dias 17,18 e 19 daquele mês, promovida pela Secretaria de Agricultura do Estado, e pedia aos criadores que colaborassem com esse certame. Fornecida a cotação da lã no Uruguai, Argentina e no Estado:

" Uruguai

Lãs merinas supra: de 11 a 14 pesos; cruzas: 10,7 a 11,8 pesos. Mercado calmo.

Argentina

Lãs-ovelhas: 7 a 16 pesos; capões: 8,1 a 13,9 pesos; cordeiros: 4 a 13,4 pesos. Mercado firme.

Rio Grande do Sul

Lãs-160\$000 a 200\$000 a arroba."³⁸

Comparando essa cotação da lã, com a do ano anterior, verificamos que era favorável a situação do mercado.

Como vimos, os suprimentos de lã para a indústria dos Estados Unidos provinham, em geral, da Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. Entretanto, com as dificuldades ocasionadas pela guerra, havia-se tornado um problema o transporte do produto desses países. Voltaram-se, assim, as atenções do mercado norte-americano para a Argentina, Uruguai e Brasil (Rio Grande do Sul), provocando esse fato as perspectivas animadoras de valorização da lã, evidenciadas pelos preços em alta nos mercados sul-americanos. O Rio Grande do Sul passava a contar, além do mercado interno, com a indústria norte-americana para a venda do produto.

A FARSUL alertava os criadores para o fato de e -

xistirem diversas categorias de lãs, assim, deveriam estar atentos a elas por ocasião das vendas. Essas categorias dependiam mais da zona de produção do que de outro qualquer fator, e eram:

"Fronteira-zona da fronteira-amarradas, claras, mecha definida; Merina alta 210\$000; Merina comum - corrente 190\$000; cruza fina-prima/um/dois 200\$000; cruza fina comum corrente 180\$000; cruzas medianas fio tres 170\$000; cruzas grossas quatro e cinco-160\$000; cruza Lincoln definida 155\$000; borrega ou retoza cruza e merina 150\$000; garreio-70\$000.

Terrosas-contaminadas de terra-zona de Palmares - Mostardas-São José do Norte, etc.

Merina/cruza fina 160\$000; cruza grossa e Lincoln definida 150\$000 Grossa e Lincoln primeira cruza 135\$000; Borrega e retoza cruza e merina 130\$000; garreio 70\$000.

Rosadas-contaminadas de terra vermelha-zona de Cruz Alta, Soledade e adjacências. São vendidas com a designação "comuns".

Merina 180\$000; cruza fina 170\$000; cruza grossa ou Lincoln definida 150\$000; grossa ou Lincoln primeira cruza 135\$000; borrega ou retoza cruza e merina 140\$000; garreio 70\$000."³⁹

Reproduzimos essas informações, pois elas nos permitem constatar que as lãs mais valorizadas eram aquelas da zona da fronteira, zona onde surgiram as cooperativas de lãs.

Verificamos, portanto, que o mercado de lãs apresentava-se favorável, com o preço do produto em alta: cotação de 100\$000 a arroba em 1940; de 120\$000 a 140\$000 em fevereiro de 1941; de 160\$000 a 200\$000 em janeiro de 1942.

A FARSUL, como órgão máximo da classe cumpria seu papel de defensora dos seus associados, informando-os e orientando-os. Através dela, estavam os criadores, atentos a quaisquer manobras ou qualquer fator que viesse em prejuízo de seus interesses.

Jornal de Itaqui, em janeiro de 1942, informava que o mercado de lãs havia estado muito ativo, principalmente por parte dos compradores para a indústria nacional. Só naquele município haviam sido adquiridos pela Companhia Moinho Santista, do estado de São Paulo, vários lotes que constituíam perto de 100.000 quilos, sendo o preço pago 200\$000 a arroba.

Chamava ainda a atenção para o fato de as fábricas brasileiras estarem pagando preços superiores aos ofertados pelos compradores para a exportação, fato esse que não se havia verificado nos anos anteriores, quando as fábricas nacionais limitavam-se a acompanhar os preços oferecidos para as lãs destinadas ao exterior.⁴⁰

Em março de 42 a FARSUL informava que continuava firme o mercado de lãs, tendo as cruzas finas e merinas, primas 1/2 de excepcional rendimento, limpeza e esmerado cuidado alcançado entre 210\$000 a 220\$000 por arroba, postos na estação ou porto de vendedor, mas pagos no galpão.⁴¹

Na III Exposição Estadual de Lãs que havia sido realizada em Sant'Ana do Livramento, nos dias 14, 18 e 19 de janeiro de 42, haviam sido vendidos 3.842 quilos de lã por Rs: 55:532\$500, alcançando a média de 256\$000 por 15 quilos.

Os compradores haviam sido:

Thomaz Albornoz & Cia Ltda	16:712\$800
Anselmi & Cia Ltda.	12:586\$000
Varan & Gasparian	21:536\$000

F.Kowarick & Cia.	9:889\$700
Floduardo Silva & Cia	4:806\$700

Os municípios concorrentes foram:

Santa Vitória do Palmar.....	9	lotes	com	827	quilos
Uruguaiana	10	"	"	797	"
Livramento	10	"	"	758	"
Jaguarão	3	"	"	260	"
Bagé	3	"	"	255	"
São Gabriel	2	"	"	225	"
Julio de Castilhos	2	"	"	184	"
Cachoeira	2	"	"	183	"
Alegrete	2	"	"	131	"
Arroio Grande	2	"	"	104	"
Rosário	2	"	"	76	"
Lavras	1	"	"	42	"

Entre os lotes apresentados havia alcançado o preço mais alto o do Sr. Nadyr Bofill, de Uruguaiana, que constava de 103 quilos, tendo sido cotado a razão de Rs:700\$000 por arroba.⁴²

Em junho as pequenas disponibilidades de lãs existentes eram colocadas com grandes dificuldades no mercado, com preços sempre mais baixos. A indústria nacional controlava as suas escassas ofertas com as cotações da Argentina, insistindo, cada vez mais, em negócios com preços reduzidos.⁴³

Notamos, assim, que os preços mais altos oferecidos pelas fábricas nacionais na safra anterior eram, no momento em que dominaram o mercado, substituídos por preços cada vez mais baixos.

Esse fato alarmou os criadores que, em Assembléia Geral na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, manifestaram sua apreensão com referência às possibilidades de a próxima safra de lãs estar ameaçada, segundo eles, pela existên-

cia de vultosos estoques de artigo de primeira qualidade na Argentina, reclamando a atenção da Federação no sentido de estudar o assunto e tomar, a seu respeito, as diretrizes que fossem aconselháveis no sentido de proteger os produtores riograndenses.

Diante da complexidade da matéria, a presidência da entidade encarregou-se de coligir informações sobre todos os fatores que pudessem influir no caso e tomar as providências que se impusessem.⁴⁴

Vemos, assim, as dificuldades que começava a enfrentar a comercialização da lã: retração dos mercados externos devido à concorrência dos estoques existentes na Argentina e nos Estados Unidos, e com o mercado interno, devido ainda à possibilidade de importar o produto dos países platinos, procurando baixar sempre mais os preços.

Analisemos os dados seguintes sobre a produção de lã e sua exportação:

QUADRO X

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LÃ (KG)

ANOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO EXTERIÔR	EXPORTAÇÃO CABOTAGEM	TOTAL
1940	10.749.000	3.431.346	4.321.096	7.752.442
1941	10.911.850	3.708.256	7.146.433	10.854.689
1942	12.452.170	138.256	5.991.172	6.129.969
1943	13.844.600	-	7.800.061	7.800.061
1944	15.697.650	-	10.936.096	10.936.096

FONTE: Séries referentes à população ovina e produção de lã. 1940/1955. Departamento Estadual de Estatística. RS. 1956.

Notamos que nos anos de 1943 e 1944 não houve exportação para o exterior, aumentando a exportação de cabotagem, ocorrendo a retração do mercado externo, apesar de haver lã em estoque como verificamos pelo quadro XI, e pelo gráfico nº3.

QUADRO XI

CONSUMO E ESTOQUE DE LÃ NO ESTADO (PESO EM KG)

ANOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1940	10.749.000	7.752.442	1.406	2.997.964
1941	10.911.850	10.854.689	1.427	58.588
1942	12.452.170	6.129.969	3.896	6.326.097
1943	13.844.600	7.800.060	6.500	6.051.039
1944	15.697.650	10.936.090	3.339	4.764.899

FONTE: Séries referentes à população ovina e produção de lã 1940/1955. Departamento Estadual de Estatística. RS. 1956

Que realidade podemos apreender desses números?

Nos anos de 1940 a 1941, a produção de lã gaúcha era exportada para a exterior e para outros estados, principalmente São Paulo, e apesar de haver saldo, processava-se a importação dos países do Prata. Em 1942, o mercado externo tornou-se inexpressivo, desaparecendo em 1943 e 1944. Entretanto, apesar desse fato e dos saldos existentes, continuava a haver a importação, prejudicando muito os ovinicultores gaúchos.

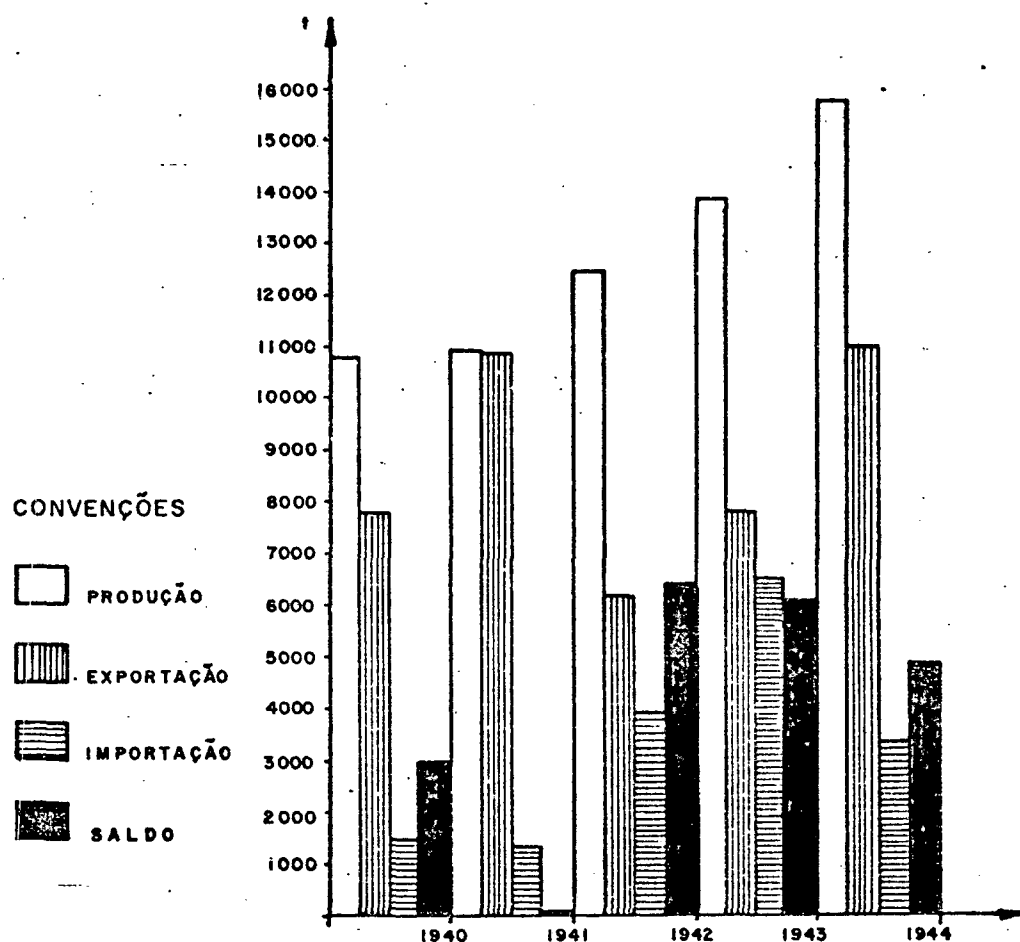
É essa realidade que motivava as constantes preocu-

GRÁFICO Nº 3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRODUÇÃO E COMERCIO DE Lã

1940 - 1944



pações dos criadores e originava suas reivindicações através de seu órgão de classe, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Em setembro de 1942, a FARSUL mostrava que o mercado de lãs nos países platinos encontrava-se também em situação desfavorável. A Argentina, no primeiro semestre de 42, havia exportado 60.500 toneladas, contra 121.600 em igual período do ano anterior. O Uruguai, nos primeiros sete meses de 42, havia exportado 21.400 toneladas, contra 46.000 toneladas em igual período de 1941.⁴⁵

O mercado sul-americano de lãs atravessava, portanto, uma fase de grandes dificuldades. Supomos que as grandes compras realizadas na safra anterior pelos Estados Unidos e a formação de estoque nesse país fossem o motivo dessas dificuldades.

Em outubro de 42, a FARSUL referia-se ao alarme causado entre os fazendeiros pela propalada entrada de lãs uruguayias. Devido a esses boatos, telegrafou ao Chefe do Governo da República, nos seguintes termos:

"Insistentes notícias imprensa Montevideú sobre introdução lãs uruguayias neste Estado, refletindo jornais locais, estão determinando justificada preocupação entre criadores riograndenses. Nossa produção esse têxtil parte industrializada aqui, parte colocada indústria paulista havendo ainda sobras cerca 3.000 toneladas época normal vendidas ao estrangeiro. A atual emergência acarretaria sérias conseqüências entrada desse produto dificultando colocação mercado fruto trabalho patricio. Solicitamos Vossência atender magnitude assunto afim resguardar ameaça produção nacional. Sendo todavia permitida entrada similar alienígena deverá mesma constar somente tipo lãs inexistentes nossos centros produ

tores. Convém notar saldos elevados existentes ainda nos mercados Prata coincidindo nova safra. Respeitosas saudações." ⁴⁶

O presidente da República tomou desde logo providências, como expressa o telegrama seguinte:

"Presidente República tomou conhecimento vosso telegrama 16 corrente tendo recomendado assunto Ministério Exterior. Cordiais saudações. Ass. Luiz Vergara-Secretário Presidência." ⁴⁷

Ainda sobre o assunto, foi enviado circunstanciado memorial ao Interventor Federal, pedindo seu patrocínio para a defesa dos ovinicultores gaúchos.

Também ao Embaixador Batista Luzardo foi oficiado a respeito e assim respondeu ao presidente da FARSUL:

"Intermédio Dr. Balbino Mascarenhas recebi sua correspondência oficial 17 setembro. Em resposta, apresso-me dizer que não há absolutamente motivo para temer. Estou e continuarei atento para responder nossos interesses. Disso está plenamente informado Dr. Balbino Mascarenhas, que certamente lhe dará conhecimento proporções assunto ventilou. Com apreço e muita cordialidade, seu sempre às ordens Embaixador Batista Luzardo." ⁴⁸

Por esses boletins do órgão de classe dos pecuaristas gaúchos, verificamos as dificuldades enfrentadas pelos ovinicultores para negociar a lã, principalmente devido à possibilidade dos industriais paulistas importarem o produto do Uruguai e da Argentina. Verificamos, também, as constantes reivindicações dos criadores junto aos governos federal e estadual, através da FARSUL, visando obter a proibição das importações do produto dos países platinos.

Informações sobre a comercialização de lãs na frontei

ra do Estado indicavam, que o Moinho Santista continuava a fazer fortes compras na fronteira e no Uruguai, de onde estava importando esse artigo em grande escala.⁴⁹

O mercado de lãs continuava sem maior alteração, com preços em torno de Crs 190,00 a Crs 200,00 por arroba. As transações havidas a preços mais altos (até Crs 210,00) haviam sido para lãs merinas especiais.⁵⁰

A entrada de lãs dos mercados platinos era alarmante para os ovinicultores, como se depreende da seguinte reportagem:

"Porto Alegre, 27 - Diversas entidades rurais da Fronteira do Estado por intermédio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, pleiteiam a proibição de entrada de lãs platinas, enquanto existir produto nacional em depósito. Acentuam as informações colhidas pela reportagem do "Correio do Povo", que os enormes prejuízos decorrentes da estiagem, forçam os criadores ao aproveitamento de todas as suas disponibilidades entre as quais deve ser posta em destaque a representada por grandes depósitos de lãs, nas fazendas, enquanto o produto platino invade o mercado brasileiro, como se depreende de um telegrama procedente de Livramento e que ontem divulgamos.

Grandes partidas tem chegado a esta capital, e particularmente ao porto de Santos, para suprimento das indústrias paulistas de tecidos.

Os ruralistas gaúchos, em sua maioria, sabem que esses fatos decorrem dos termos do tratado de comércio existente entre o Brasil e as repúblicas platinas. Alegam, entretanto, que esse comércio se ajustou em época cujas características econômi-

cas diferem, e muito, das presentes; a produção brasileira de lãs era inferior ao consumo das fábricas de tecidos existentes no país. Impunha-se, portanto, a importação do produto estrangeiro para que as atividades daqueles estabelecimentos não sofressem solução de continuidade.

Hoje, diante do extraordinário desenvolvimento de nossa indústria de tecidos, estaria plenamente justificado o aumento das compras de lãs platinas, desde que estivessem esgotados os estoques existentes nos depósitos dos criadores nacionais.

Não é isso o que acontece: enquanto o produto argentino entra livremente em nossas fronteiras, os criadores brasileiros não encontram compradores para os seus. E as suas possibilidades diminuem cada vez mais, à medida que a estiagem agrava o quadro e suas conseqüências.

Informações colhidas por nossa reportagem dizem que a FARSUL iniciará entendimentos com os poderes públicos, com o objetivo de encontrar uma solução para o caso."⁵¹

Verificamos, assim, que as providências que a FARSUL havia tomado anteriormente (Boletim de outubro de 42) não haviam surtido efeito, continuando o problema dos criadores, causados pela importação das lãs platinas.

Era desfavorável a situação do mercado gaúcho de lãs: além da concorrência das lãs platinas, havia os estoques existentes nos Estados Unidos, como verificamos pela notícia proveniente de Porto Alegre.

"A colocação das lãs uruguaias.

P.Alegre (AN) - Respondendo a um pedido de informações formulado pelo Ministério de Relações Exteriores, o Embaixador

dor do Uruguai, nos Estados Unidos acaba de enviar um despacho telegráfico, cujos termos transcrevemos em continuação: 'O governo americano possui estoques de lãs uruguaias e australianas que serão eventualmente lançadas no mercado. Os compradores estão na expectativa. Isto explica a paralização dos negócios. O Departamento de Estado ordenou não vender, no momento esse estoque, para ajudar os países produtores.'"⁵²

Em maio de 44, a FARSUL informava que o Conselho Federal de Comércio Exterior se havia manifestado a respeito de seu pedido de 14 de fevereiro de 1944, relativo à proibição de importação das lãs platinas, pronunciando-se contra qualquer proibição de importação de lãs estrangeiras e encarecendo a conveniência de se fixar uma cota para cada país fornecedor do produto.⁵³

O não atendimento das reivindicações dos ovinicultores por parte do governo federal evidenciava mais uma vez o caráter periférico da economia gaúcha. A insistência das reivindicações dos criadores gaúchos, através de seu órgão de classe, não encontrava receptividade nos órgãos federais. Já havíamos constatado que essas reivindicações não eram atendidas sempre que conflitassem com os interesses do centro econômico nacional, no caso, os interesses das indústrias paulistas de tecidos.

Iniciava-se, assim, o ano de 1944, sem que a crise que afetava a comercialização da lã encontrasse solução.

Agravava-se o problema pela presença dos intermediários, que procuravam pagar ao criador sempre menores preços. Os negócios realizavam-se da seguinte maneira: as barracas compravam em primeiro lugar a produção dos grandes ovinicultores, dos que possuíam os maiores lotes. A seguir faziam as ofertas ao médio

e pequeno⁵⁴, oferecendo preços mais baixos, pois tendo garantido seus estoques com os grandes criadores, passavam a querer impor então, preços inferiores. Entrevistamos um pequeno criador em Sant'Ana do Livramento, que preferiu ficar três anos com a lã no galpão, para não ter que aceitar os preços que lhe eram oferecidos.

Podiam ainda, as barracas recorrer à importação, como constatamos pela notícia seguinte:

"Pela firma Thomaz Albornoz e & Cia Ltda. foram importadas 426 bolsas contendo lã em bruto pesando 66.167 quilos."⁵⁵

As dificuldades encontradas para a comercialização da lã, a presença dos intermediários sempre visando maiores lucros a custa do criador e o interesse do governo em melhorar a qualidade do produto e racionalizar sua comercialização foram os fatores que determinaram a intensa campanha pela implantação do cooperativismo entre os ovinicultores, que incentivada pelo governo, e liderada por destacados membros da classe, culminou com a fundação das cooperativas de lãs no Estado.

NOTAS

- ³⁴ VIEIRA, op. cit. p.37
- ³⁵ Boletim da FARSUL, agosto de 1940. p.8.
- ³⁶ Boletim da FARSUL, fevereiro de 1941. p.9.
- ³⁷ Os EEUU e a lâ sul-americana. O Republicano, Sant'Ana do Li -
vramento, 27 de dezembro de 1941, p.5.
- ³⁸ Boletim da FARSUL, junho de 1942, p.9
- ³⁹ Boletim da FARSUL, fevereiro de 1942, p.10.
- ⁴⁰ A Fronteira, Itaquí, 19 de janeiro de 1942, transcrito pelo
O Republicano de Sant'Ana do Livramento, 20 de janeiro de
1942, p.3.
- ⁴¹ Boletim da FARSUL, março de 1942, p.10.
- ⁴² Boletim da FARSUL, maio de 1942. p.10.
- ⁴³ Boletim da FARSUL, junho de 1942. p.79.
- ⁴⁴ Boletim da FARSUL, agosto de 1942. p.7.
- ⁴⁵ Boletim da FARSUL, setembro de 1942. p.12.
- ⁴⁶ Boletim da FARSUL, outubro de 1942. p.10.
- ⁴⁷ Boletim da FARSUL, outubro de 1942. p.11.
- ⁴⁸ Boletim da FARSUL, outubro de 1942, p.11.

⁴⁹ O Republicano, Sant'Ana do Livramento, 4 de fevereiro de 1942, p.3.

⁵⁰ O Republicano, Sant'Ana do Livramento, 1º de março de 1942, p.5.

⁵¹ A entrada de lãs dos mercados platinos. Correio do Povo, Porto Alegre, 27 de março de 1943, transcrito pelo O Republicano de Sant'Ana do Livramento, de 29 de março de 1943. p.3.

⁵² Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1942, transcrito por A Platéia, Sant'Ana do Livramento, 13 de fevereiro de 1943, p.2.

⁵³ Boletim da FARSUL, maio de 1944. p.8.

⁵⁴ No Rio Grande do Sul predomina o regime do pequeno e médio criador de ovinos. Entre os ovinicultores registrados no Serviço de Ovinotecnia, verificamos que 41,10 % tiveram produção inferior a 500Kg de lã; 21,90% até 1000Kg; 22,90 % até 3.000kg; 6,30 % até 5.000 Kg e 7,80 % superior a 5.000 Kg. Serviço de Estatística Agro-Pecuária. Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre, agosto de 1961.

⁵⁵ A Platéia, Sant'Ana do Livramento, 15 de abril de 1944, p.7.

V

COOPERATIVAS DE LÃS DO RIO GRANDE DO SUL

Para compreendermos o movimento que deu origem à Cooperativa Santanense de Lãs, teremos que analisá-lo como parte daquele que originou as demais cooperativas de ovinicultores, que surgiram na mesma época no Estado.

Antes de começarmos a analisar esse movimento, precisamos lembrar as características sociais, políticas e econômicas da zona da campanha gaúcha. Vimos aí "a formação de uma sociedade essencialmente rural que teve por base a apropriação da terra realizada, como no resto do Brasil, sob o regime dos latifúndios. A posse de uma sesmaria constituía o ponto de partida para um poder econômico, político e social."⁵⁶

"À proporção que o Continente crescia em direção ao Sul pela ação das armas, ia-se consolidando a conquista mediante a concessão de sesmarias e seu provimento imediato. A urgência política dessas medidas era espontaneamente secundada, da parte dos povoadores, por uma verdadeira fome de terras. Estabeleciam-se desse modo, pela sôfrega sementeira de estâncias, pela ação aglutinadora dos acampamentos militares, que frequentemente se transformavam em centros de gravitação social, as bases de um regime de estabilidade."⁵⁷

"O município de Sant'Ana do Livramento nasceu no cenário conturbado pelo choque dos impérios coloniais de Portugal e Espanha, disputando em furiosa concorrência a conquista do

mesmo território."⁵⁸ Sua formação social e econômica, assim como a dos demais municípios da região teve como base as sesmarias. A estância ali também se "fizera povo, o povo criara uma pátria , sua, inalienável e irredutível."⁵⁹

O homem da fronteira, portanto, além do trabalho com o gado, habituou-se a estar sempre pronto para pegar em armas e defender sua terra. Na solidão do pampa, na luta para defender a fronteira, no trabalho constante com o gado, formou-se a classe dos pecuaristas. A grande extensão das propriedades, o fato de o estancieiro ser dono e senhor nos seus domínios, de reunir à sua volta, sempre que surgia a luta, aqueles que dele dependiam, de constituir a estância uma unidade praticamente independente, fez com que o homem do campo se tornasse consciente de sua importância na sociedade.

A classe dos pecuaristas, como classe consciente de sua realidade social e econômica, estava acostumada a lutar pela defesa de seus interesses. A razão de terem demorado a aceitar o cooperativismo como solução para seus problemas, como vimos anteriormente, tem como uma das causas o fato de terem eles reinvidicado, sempre, como classe dominante, a um poder político representado por uma de suas facções, a defesa de seus interesses, e serem atendidos sempre que estes não conflitassem com os do centro nacional, devido ao papel periférico da economia gaúcha. Entretanto, no momento de crise para o setor pecuário, reflexo da crise mais ampla nacional e mundial, num momento em que o país procurava outros rumos para seu desenvolvimento, foi que se voltaram para o cooperativismo como meio de enfrentar suas dificuldades econômicas.

Devido às grandes distâncias entre as fazendas e à precariedade dos meios de transporte, da fraca urbanização da região, o movimento cooperativo não tinha condições para surgir das "entranhas do povo", não podendo contar com a conscientização de toda a classe sem intensa campanha esclarecedora do movimento e suas finalidades. Já vimos anteriormente porque essa campanha demorou a ser realizada pelos pecuaristas em sua região e os motivos que retardaram a adesão da classe ao cooperativismo. Vimos também, que primeiramente o aceitaram para a defesa de seu principal produto. Veremos agora, como foi o desenrolar da campanha realizada entre os ovinicultores visando a fundação das cooperativas de lãs. Essa campanha foi levada a efeito por parte de destacados membros da classe, com o estímulo e apoio dos governos federal e estadual, interessados na racionalização da comercialização da lã.

Em março de 1944 foi noticiada a próxima fundação, no município de Uruguaiana, de uma cooperativa de lanicultores que deveria lavar e beneficiar a lã no próprio centro produtor e a ida, a esse município, do Ministro da Agricultura, Dr. Apolonio Sales que prestigiaria, com sua presença, o acontecimento há muito esperado pelos ovinicultores locais.⁶⁰

Nos municípios de Alegrete e Rosário, a classe ruralista reunia-se, também, para discutir as bases das futuras cooperativas de ovinicultores que se pretendiam fundar.⁶¹

Verificamos, assim, que o movimento, iniciado em Uruguaiana, um dos municípios mais importantes do Estado, onde a ovinicultura possuía grande expressão, atingia, rapidamente, os demais municípios da região. Isso foi devido à intensa campanha

de conscientização da classe, levada a efeito por parte da comissão encarregada pelo Ministro Apolonio Sales de promover os trabalhos das cooperativas de lãs. Dessa comissão faziam parte os destacados ruralistas srs. Fernando Riet, José Cândido dos Santos, Hermes Pinto, Antonio Bastos Filho e Aureo Azevedo.

As reuniões dos ruralistas com os membros da comissão eram patrocinadas pela Associação Rural dos municípios visitados e realizavam-se em sua sede social. Assim, o órgão de classe dos ruralistas, como defensor de seus interesses, porta voz de suas reivindicações, patrocinava o movimento cooperativista por considerá-lo a solução para os problemas enfrentados na comercialização da lã. Esse mesmo órgão de classe havia, na década anterior, incentivado o cooperativismo entre os ruralistas para a defesa de seu principal produto, a carne, e como resultado desse incentivo surgiram as cooperativas de carne. O cooperativismo para os ruralistas foi, assim, uma maneira de resolver seus problemas econômicos, de estruturar em novas bases a economia pastoril. Segundo o destacado cooperativista Paulo Onofrio, agiam exclusivamente por imposição das necessidades, preocupados com as vantagens econômicas que lhes proporcionaria o cooperativismo.⁶² Como o movimento veio ao encontro de suas necessidades, souberam abraçá-lo com carinho, o que explica o seu sucesso, pois, quando esse movimento não encontra eco nos anseios do homem da região, não é possível ter êxito, como verificamos pelo fracasso das cooperativas fundadas devido à doutrinação de Paternô, na Região de Colonização Italiana em 1911.

A comissão designada pelo Ministro da Agricultura deveria promover a fundação das cooperativas regionais e logo após

a aglutinação destas na Cooperativa Central, que deveria ser fundada em Porto Alegre. "A Platêia" reproduzia em abril de 1944, notícia do jornal "A Fronteira" de Quaraí, sobre a Cooperativa Central de Lãs:

"Estiveram reunidos na sede da Associação Rural deste município, uma comissão de ruralistas, procedentes de Uruguaiana e composta dos destacados fazendeiros srs. Fernando Riet. José Cândido dos Santos, Hermes Pinto, Antônio Bastos Filho, Aureo Azevedo, designados pelo Sr. Ministro da Agricultura para promoverem os trabalhos preliminares da Cooperativa Central de Lãs, e um grupo de fazendeiros, criadores e grangeiros deste município convocados pelo proprietário da Rural, sr. Epifâneo Antônio Fernandes.

Como assistentes técnicos da referida comissão, vieram o dr. Mario Ramos, experto em assuntos do Ministério da Agricultura e o sr. José Montserrat, representante da Secretaria da Agricultura deste Estado.

Abertos os trabalhos, tomou a palavra o sr. Fernando Riet que fez longa, clara e brilhante exposição do grandioso projeto em perspectiva, a Cooperativa Central de Lãs, a que se seguirá, em futuro mais remoto, a fundação da cidade industrial, conforme o plano do Ministro Apolonio Sales, e que já mereceu o apoio dos ruralistas de Alegrete e Uruguaiana.

Destacou a utilidade da Cooperativa, para a defesa adequada e permanente dos produtores, demonstrando a necessidade da união de todos, sem o que nada se faria no amparo dos legítimos interesses da classe.

Pelos drs. Ascânio Tubino e Aldo Giuduce foram pe-

dados esclarecimentos referentes à organização e mecanismo funcional da Cooperativa em projeto, tendo o dr. Mario Ramos, em substanciosa síntese, prestado interessantes afirmações.

Por sugestão do dr. Ascânio Tubino e unânime assentimento da Assembléia, foi designada uma comissão para levantar o censo do rebanho ovino do município e promover a adesão dos criadores como sócios da Cooperativa Central de Lãs, ficando a mesma assim constituída: Epifâneo Antonio Fernandes, dr. Aldo Pereira Giuduce, Bernardo Simões Fernandes e La Hire Flora da Luz."⁶³

A propaganda cooperativista foi, portanto, oficial, o que evidencia não apenas o interesse do governo, mas, também, a falta de unidade e de um organismo proprio do movimento cooperativo brasileiro, que possuía, entretanto, figuras de grande valor como Fábio Luz Filho, José Saturnino Britto, Arthur Torres Filho, Luciano Pereira, Antonio de Arruda Câmara, Adolpho Gredilha, Paulo Onofrio, José Montserrat e tantos outros. O movimento cooperativista não havia saído da órbita governamental, assim a propaganda partia dos órgãos do governo. Entretanto, devido às características sociais e econômicas da região, a maioria dos ovinicultores não teria como conhecer o movimento sem essa campanha de conscientização.

Podemos então afirmar que as cooperativas de lãs surgiram de "cima para baixo"?

Achamos que não poderíamos fazer essa afirmação sem o estudo de cada uma dessas sociedades. Para a cooperativa que estudamos, afirmamos que surgiu graças à propaganda oficial, mas principalmente porque esta foi ao encontro dos desejos do ho

mem da região. Sem conhecer o homem e o seu meio social e econômico, sem procurar o porquê de seus atos, não podemos fazer nenhuma afirmação que possua base sólida. Assim, afirmamos que a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. surgiu e teve sucesso porque foi fundada pelos produtores para comercializar a lã em condições mais justas.

Havia grande interesse do governo pela ovinicultura gaúcha, o que se tornava claro pelos planos que fazia para a sua modernização e racionalização.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em maio de 1944, comentava sobre a reunião de ovinicultores e criadores em geral, que sob a presidência do Secretário da Agricultura, dr. Ataliba de F. Paz, havia sido realizada em sua sede no dia 4, para ouvir a exposição do sr. Fernando Riet, membro da delegação de Uruguaiana, sobre as cooperativas de lãs.⁶⁴

Já "A Platéia" referia-se à reunião de ruralistas em Bagé, na sede de sua Associação Rural para tratar da fundação de uma cooperativa de lãs.⁶⁵

Verificamos, assim, a rapidez com que a idéia da fundação das cooperativas de lãs atingia os municípios da região e também o entusiasmo com que era abraçada, o que nos leva a afirmar que essa idéia correspondia aos anseios da classe.

Em "A Platéia" de 9 de maio de 1944, encontramos a primeira notícia referente ao movimento, no município de Sant'Ana do Livramento:

"Completando a obra associativa, será criada em Sant'Ana do Livramento uma Cooperativa de Lãs.

Destacados membros da ovinicultura virão a esta ci

dade.

Em todo o Estado está se processando um intenso movimento entre os fazendeiros, que procuram se agremiar para a defesa de seus interesses de classe.

Está tomando vulto e promete dentro em breve ser convertida em realidade, a organização de uma cooperativa de lãs, órgão com ramificações em todo o Estado que será centralizado em Porto Alegre e que terá como objetivo principal, zelar pelo acondicionamento, lavagem e comércio de lãs.

No dia 11 do corrente chegarão a esta cidade os ruralistas Fernando Riet e Antonio Bastos, membros da comissão central daquela entidade que percorrem o Estado orientando os fazendeiros sobre as bases da importante agremiação.

Sexta-feira 12, às 10 horas, devidamente convidados pela Diretoria da Associação Rural de Livramento, se reunirão os membros dessa entidade e demais fazendeiros do município para nessa ocasião ouvirem a exposição daqueles ruralistas, sobre as vantagens da Cooperativa Santanense de Lãs."

Como vemos pela notícia acima, foi a diretoria do órgão de classe dos ruralistas santanenses quem convidou os membros da comissão de propaganda das cooperativas de lãs para fazer a exposição do movimento, o que demonstra que havia, por parte dos pecuaristas locais, grande interesse pelo empreendimento.

O mesmo jornal afirma que a referida comissão já havia visitado os municípios de São Gabriel e Pelotas.

Pela notícia publicada nesse jornal, em junho, podemos verificar a grande preocupação do governo com a lã gaúcha.

"Financiamento de lã pelo Governo da União.

PA-Teve lugar ontem, no Palácio do Governo, uma importante reunião. A assembléia foi presidida pelo interventor, Ernesto Dorneles, e teve a comparência do sr. Ataliba Paz, Secretário da Agricultura, Sr. Fernando Riet e demais organizadores da Cooperativa de Lãs, técnicos e outras pessoas.

Nessa ocasião ficou assentado que a instalação da Cooperativa terá lugar nesta capital, entre os dias 20 e 25 de julho.

Segundo foi anunciado aos presentes, nestes dois próximos dias o sr. Presidente da República assinará o decreto de padronização das lãs, considerado valioso auxílio ao estabelecimento da Cooperativa.

Foi anunciado também que o governo federal está estudando o financiamento da lã, por intermédio do Banco do Brasil, tal como tem feito com o arroz, café, cacau, algodão e outros produtos que influem na balança comercial."⁶⁶

Notamos a urgência com que o Governo pretendia a instalação da Cooperativa Central, anunciando-a antes de terem sido fundadas as cooperativas regionais, que deveriam surgir logo, como consequência dos desejos dos ruralistas e do interesse do governo.

A primeira cooperativa fundada como resultado dessa campanha foi a Cooperativa Sudeste de Produtores de Lãs, no dia 26 de julho de 1944, na cidade de Pelotas. Sua área de ação abrangia os municípios de Arroio Grande, Cangussu, Camaquã, Encruzilhada, Herval, Jaguarão, Pelotas, Pinheiro Machado, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço. Foram 109 os sócio-fundadores que possuíam 170.000 ovinos,

cuja produção alcançava 400.000 quilos de lã.⁶⁷

A 1º de setembro de 1944 foi fundada a Cooperativa Bageense de Lãs Ltda., com sede na cidade de Bagé, por 124 produtores. Sua área de ação abrangia os municípios de Bagé, Lavras do Sul, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, Cachoeira do Sul, Piratini, São Sepé, Herval do Sul e São Gabriel.⁶⁸

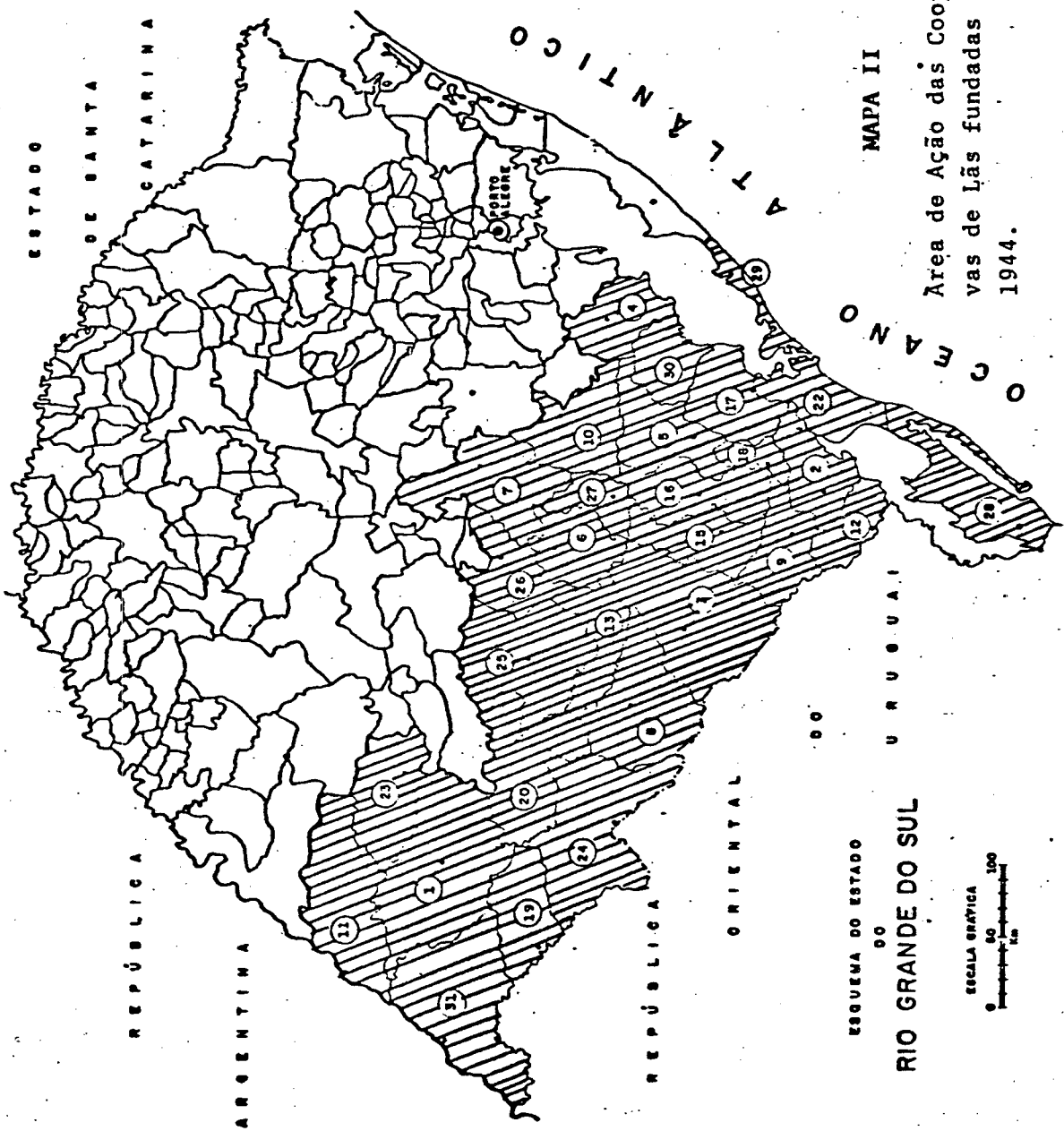
No dia 11 de outubro do mesmo ano, foi fundada a Cooperativa Regional de Lãs do Uruguai Ltda. por 66 produtores, tendo como sede a cidade de Uruguaiana e como área de ação, além do município de Uruguaiana, os municípios de Itaqui, São Francisco de Assis, Quaraí e Alegrete.⁶⁹

A Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. foi fundada a 17 do mesmo mês, por 92 produtores, tendo como sede a cidade de Sant'Ana do Livramento e abrangendo em sua área de ação, além desse município, o terceiro distrito de Quaraí, os quinto e sexto de Alegrete, os quinto e sexto de Dom Pedrito e limítrofes de Rosário.⁷⁰

Logo após, a 20 do mesmo mês, foi constituída a Cooperativa Rural Alegretense Ltda. com 74 associados, tendo como sede a cidade de Alegrete e como área de ação, além do município de Alegrete, os de Quaraí, Rosário, São Francisco de Assis e Uruguaiana.⁷¹

Notamos a fundação simultânea das cinco cooperativas da lã que surgiram na época, na região, como resultado do movimento patrocinado pelo governo e aceito, com entusiasmo, pelos pecuaristas, pois correspondia a seu desejo de defender seus interesses econômicos. Podemos verificar no mapa II a extensa área de sua atuação.

- 1 ALEGRETE
- 2 ARROIO GRANDE
- 3 BAGÉ
- 4 CAMAQUÁ
- 5 CANOÍCU
- 6 CAÇAPAVA DO SUL
- 7 CACHOEIRA DO SUL
- 8 DOM PEDRITO
- 9 ERVAL
- 10 ENCRUZILHADA DO SUL
- 11 ITAQUI
- 12 JAGUARÃO
- 13 LAVRAS DO SUL
- 14 PINHEIRO MACHADO
- 15 PIRATINI
- 16 PELOTAS
- 17 PEDRO OSÓRIO
- 18 QUARAÍ
- 19 ROSÁRIO DO SUL
- 20 RIO GRANDE
- 21 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
- 22 SANTANA DO LIVRAMENTO
- 23 SÃO GABRIEL
- 24 SÃO SEPE
- 25 SANTANA DA BOA VISTA
- 26 SANTA VITÓRIA DO PALMAR
- 27 SÃO JOSÉ DO NORTE
- 28 SÃO LOURENÇO DO SUL
- 29 URUGUAIANA



Área de Ação das Cooperativas de Lã fundadas em 1944.

ESCALA GRÁFICA
0 50 100
Km

RIO GRANDE DO SUL

ESQUEMA DO ESTADO DO

URUGUAIANA

MAPA II

REPÚBLICA ORIENTAL DO

URUGUAIANA

ATLÂNTICO

REPÚBLICA ARGENTINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTO ALEGRE

Constatamos, portanto, analisando as informações colhidas, que as cooperativas de lãs surgiram devido às dificuldades encontradas pelos ovinicultores na comercialização da lã, tanto a nível de mercados nacional e internacional, como também, devido às manobras dos intermediários locais. Essas dificuldades tornaram a classe receptiva ao movimento, consciente de que só a união resolveria seus problemas, conscientes de que unindo-se para comercializar a lã obteriam melhores resultados do que agindo isoladamente.

O apoio do governo foi importante para a fundação dessas cooperativas, pois, devido às grandes distâncias entre as fazendas, e ao fato de os fazendeiros, de maneira geral, nelas residirem, e também, à precariedade dos transportes da época, enfim, ao tipo de vida da região, sem intensa campanha esclarecedora seria bem menos provável o aparecimento simultâneo das várias cooperativas. O interesse demonstrado pelo governo está de acordo com seu papel de orientador das forças produtivas, pois a lã gaúcha, como vimos, correspondia a 98% da produção nacional, sendo de grande importância, principalmente, para as indústrias paulistas, então em franco desenvolvimento.

O movimento veio de cima, do governo e de representantes mais destacados da classe pecuarista, classe de grande importância econômica e política no Estado. O interesse do governo, entretanto, correspondeu aos desejos dos pecuaristas, sempre conscientes de sua importância econômica e acostumados, sempre, a reivindicar através de seus órgãos de classe. Se no momento abraçavam o cooperativismo, é porque nele viam o melhor meio para atingir seus objetivos econômicos. O cooperativismo nunca lhes

poderia ter sido imposto, eles o aceitaram por vir ao encontro de seus anseios de melhores condições para realizar seus negócios. Por isso, acreditamos que podemos afirmar que o mesmo anseio fundamental de justiça, que levou outros antes deles a se unirem, levou, naquele momento, aqueles produtores de lã da zona da Campanha gaúcha a procurar, na união, a melhor maneira de enfrentar os obstáculos encontrados.

NOTAS

- ⁵⁶ ROCHE, op. cit. p.34.
- ⁵⁷ VELLINHO, Moysés. Capitania d'El.Rei. Rio de Janeiro-Porto Alegre-São Paulo, Editora Globo. 1964. p.101.
- ⁵⁸ CAGGIANI, Ivo. Sant'Ana do Livramento, Atalaia da Fronteira In: A Platêia-Folha Popular. Suplemento Especial, 6 de fevereiro de 1976, p.3.
- ⁵⁹ BORGES FORTES, João. A Estância (discurso). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, (93): 8-26, 1ºtrim., 1944.
- ⁶⁰ Vai ser fundada em Uruguaiana uma cooperativa de lanicultores, A Platêia, Sant'Ana do Livramento, 7 de março de 1944, p.3.
- ⁶¹ Cooperativas de Produtores de Lã. A Platêia, Sant'Ana do Livramento, 6 de abril de 1944, p.3.
- ⁶² ONOFRIO, op. cit. p.7.
- ⁶³ A Platêia, Sant'Ana do Livramento, 26 de abril de 1944, p.7.
- ⁶⁴ Boletim da FARSUL, maio de 1944, p.8.
- ⁶⁵ A Platêia, Sant'Ana do Livramento, 3 de maio de 1944, p.7.
- ⁶⁶ Financiamento de Lã pelo Governo da União. A Platêia, Sant'Ana do Livramento, 17 de junho de 1944, p.3.
- ⁶⁷ Boletim da FARSUL, agosto de 1944, p.12.
- ⁶⁸ Ata de Constituição da Cooperativa Bageense de Lãs Ltda. , 1º de setembro de 1944.

- ⁶⁹ Ata da Constituição da Cooperativa Regional de Lãs do Uruguai Ltda., 11 de outubro de 1944.
- ⁷⁰ Ata da Constituição da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. , 17 de outubro de 1944.
- ⁷¹ Ata da Constituição da Cooperativa Rural Alegretense Ltda. , 20 de outubro de 1944.

VI

COOPERATIVA SANTANENSE DE LÃS LTDA (1944-1964)

A Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. surgiu, pois, como resultado do movimento patrocinado pelo governo e, principalmente, por esse movimento ter correspondido às necessidades do homem da região. Por haver uma integração dos criadores de ovinos, anterior ao movimento, afirmamos que essa cooperativa não pode ser considerada como tendo surgido de "cima para baixo", não devendo ser classificada como uma cooperativa de origem vertical. Inserindo-a dentro do contexto sócio-econômico da região, indo ao encontro do homem desse contexto, conhecendo as dificuldades por ele encontradas na comercialização da lã, as medidas que vinha tomando para lutar contra as manobras dos intermediários que prejudicavam, principalmente, os menores criadores, cremos que podemos afirmar que ela surgiu dos anseios de justiça daqueles ovinivultores. Achamos que como resposta a esses anseios, o movimento cooperativista foi abraçado com entusiasmo, porque teve como base necessidades reais, conscientizadas, há muito, pelos criadores.

Sabemos, por entrevistas com fundadores da cooperativa que, antes de surgir, no Estado, a propaganda cooperativista, alguns criadores já haviam procurado na união a maneira de enfrentar as manobras baixistas dos intermediários, representados pelas barracas de lãs. Estas procuravam comprar a mercadoria dos grandes ovinicultores e assim, garantido seus estoques, pas-

savam a ditar os preços aos menores. Essa situação fez com que diversos ovicultores, liderados por uma parcela daqueles que possuíam maior produção se recusassem a vender a lã, aos preços que lhes eram oferecidos e que consideravam injustos. Esse fato demonstra que estavam integrados, antes que o governo promovesse a propaganda cooperativista na região. Quando esta surgiu, encontrou condições de ser aceita pelos criadores que procuravam soluções para o seu problema de comercialização. Assim, a semente cooperativista encontrou o solo já preparado para recebê-la. O movimento atendeu às necessidades da parte mais consciente da classe e foi por ela levado ao interior do município, para conscientizar aqueles que, por residirem na zona rural, não tinham oportunidade de tomar conhecimento dos resultados práticos do cooperativismo. Falamos em resultados práticos, pois sabemos, por entrevistas com sócios fundadores, que a maioria deles não tinha conhecimento da doutrina cooperativista. Entretanto, como os princípios formulados pelos pioneiros em Rochdale, um século antes, haviam surgido das necessidades por eles enfrentadas, também nesse momento que analisamos, as dificuldades encontradas levariam esses homens a procurar, na união, a melhor maneira de superá-las. As necessidades desses criadores de ovinos eram muito diferentes e muito menos prementes que as dos pobres tecelões de Rochdale, mas suficientes para os conscientizar de que a união seria a melhor maneira de as enfrentar.

O conhecimento do homem dentro de seu contexto sócio-econômico é que nos permite afirmar que o movimento, quando surgiu, já encontrou o ambiente preparado para compreender a mensagem cooperativista. Se não conhecêssemos o homem da região,

se não soubéssemos como esse homem vê sua cooperativa, se não tivéssemos vivência do fato que analisamos, talvez não fizéssemos essa afirmação. Entretanto, como partimos para a análise de algo que conhecemos, com o que convivemos, não podemos deixar de ver além dos dados frios, comprovando, também, como estes, separados do homem não refletem a realidade.

Qual o contexto social e econômico em que se achavam inseridos? O contexto era aquele de uma sociedade tradicional, com predominância da classe pastoril, com as atividades econômicas dominantes ligadas ao campo; sociedade na qual as relações entre patrões e empregados eram de dependência e paternalismo; sociedade com fraca mobilidade social, sendo poucas as perspectivas de participação para aqueles que não tinham a posse de terras.

Não é nosso objetivo demonstrar nenhuma dessas afirmações neste trabalho. Se nos referimos a esses fatores foi, apenas, para esboçar o quadro em que se achavam inseridos os fundadores da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. Faziam parte dessa sociedade como classe hegemônica, pois possuíam a posse da terra. Suas fazendas, pequenas, médias ou grandes tinham como origem as sesmarias concedidas na época colonial. A herança cultural que receberam foi da estância-unidade primitiva de produção, célula mater da sociedade gaúcha.

O interesse econômico do pequeno, médio ou grande criador de ovinos era o mesmo: melhores condições para comercializar a lã. A classificação em pequeno, médio e grande criador não corresponde necessariamente à mesma classificação quanto ao tamanho de suas propriedades rurais, pois, como vimos anterior -

mente, a ovinicultura é atividade paralela nas fazendas da região. Dos fundadores da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. 42 % possuíam até 500 ovinos, 25% entre 500 e 1000, 15% entre 1000 e 2000, 9% entre 2000 e 4000 e 9% acima de 4000. Verificamos assim, que a maioria era constituída por pequenos e médios criadores de ovinos.⁷²

Em 1940, havia em Sant'Ana do Livramento 1497 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 603.246 Ha.⁷³ A situação desses estabelecimentos quanto à atividade desenvolvida era:

QUADRO XII

ESTABELECIMENTOS RURAIS QUANTO À ATIVIDADE DESENVOLVIDA

SANT'ANA DO LIVRAMENTO (1940)

ATIVIDADE	NÚMERO	ÁREA (ha)	GRANDE ESCALA		PEQUENA ESCALA	
			NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA
Agricultura	104	3.742	1	X	103	X
Agropecuária	872	98.142	5	16.500	867	81.642
Pecuária	514	500.886	453	494.467	61	6.519

FONTE: IBGE. Censos Econômicos, 1940.

Analisando essas informações, notamos a grande predominância da pecuária, exercida em grande escala, entre as atividades rurais do município. A criação de ovinos processava-se em 634 estabelecimentos e havia neles 312.636 ovinos.

Como vemos, era outra a realidade social e econômi

ca, diversa daquela dos Pioneiros, diversa daquela das zonas de colonização alemã e italiana do Estado. Para apreendermos a realidade precisamos, portanto, considerar as características sociais e econômicas em cada tempo e lugar.

Naquele tempo, a década de 40, naquele lugar, o município de Sant'Ana do Livramento - aqueles ovinicultores, para resolverem seus problemas de comercialização da lã, fundaram a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. e é essa sociedade o objeto de nosso estudo. Vamos estudá-la pelo espaço de 20 anos, de 1944 a 1964, período que consideramos suficiente para mostrar que ela venceu as dificuldades encontradas porque foi fundada pelos criadores atendendo seu desejo de melhores condições para realizar seus negócios. O espírito que os levou ao cooperativismo foi a necessidade de atenderem suas dificuldades econômicas, mas olhando-os dentro de seu tempo, em seu lugar, compreendemos que não havia condições para que tivessem outras motivações. Só com a prática do cooperativismo é que poderiam ir descobrindo seus princípios fundamentais e como esses levam à promoção do homem, encarando-o em sua dimensão econômica e social.

Vimos, anteriormente, que durante a campanha realizada por destacados membros da classe ruralista, com o apoio dos governos federal e estadual, as reuniões nos municípios eram promovidas pela Associação Rural, que assim cumpria seu papel de guardião dos interesses da classe. Em Sant'Ana do Livramento, foi a diretoria da Associação Rural, na época tendo como presidente o senhor João Souto Duarte, quem convidou a comissão de propaganda do movimento para visitar o município. A reunião, que se realizaria sob o patrocínio desse órgão de classe, foi amplamente divulgada

pelos jornais locais, sendo por eles realçada sua importância para o momento econômico que atravessava o país, e os novos rumos que o cooperativismo haveria de traçar no desenvolvimento do ruralismo santanense.

No dia 13 de maio de 1944, eram divulgadas as ocorrências da reunião, realizada na véspera, dos ruralistas locais com a comissão que divulgava e promovia a fundação das cooperativas de lãs:

"Cooperativa de lãs

Com a presença de inúmeros fazendeiros, teve lugar ontem no salão de honra do Clube Comercial, a reunião preparatória para a fundação nesta cidade de uma cooperativa de lãs.

Iniciados os trabalhos, o sr. João Duarte, presidente da Associação Rural, deu a palavra ao fazendeiro uruguaianense e um dos componentes da caravana que percorre o Estado incentivando a criação de tais entidades, sr. Fernando Riet, que explanou as finalidades do cooperativismo e a necessidade de se congregarem todos os criadores de ovelhas de nosso Estado, em defesa de seus interesses e nos do próprio país.

Após usar a palavra, o sr. Riet, foi nomeada uma comissão municipal, para fazer o levantamento estatístico da produção de Sant'Ana do Livramento e congregar os elementos locais para a fundação, em data a ser escolhida, de uma cooperativa de lãs neste município.

Estiveram também presentes à reunião os srs. Antonio Bastos Filho, José Cândido dos Santos, Augusto de Azevedo, Hermes Pinto, Dr. Mario Ramos, Sr. José Montserrat, dr. Rivarol Padilha, dr. Taltíbio Silveira e João Antônio de Freitas." 74

Para a comissão municipal foram nomeados os seguintes ruralistas: Pio Pereira Martins, dr. José Cesar Tettamanzy, Cândido Ribeiro Borba, Justiniano Chuy, Francisco Alves Correa, João Simões Moreira e Menelio Fernandes Barbosa.

Depois de praticamente resolvida a fundação da cooperativa, foi realizada, em São Gabriel, reunião com a presença do Ministro da Agricultura, senhor Apolonio Sales, do sr. Balbino Mascarenhas, Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, do sr. Loureiro da Silva, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e dos membros da comissão organizadora da cooperativa de Sant'Ana do Livramento, sr. Cândido Ribeiro Borba, dr. Bento Santana, dr. Cesar Tettamanzy e do sr. Fernando Riet, em que se decidiu, formalmente, a fundação da Cooperativa Santanense de Lãs.

Finalmente, no dia 17 de outubro de 1944, na sede da Associação Rural de Sant'Ana do Livramento, localizada à rua dos Andradas, número trezentos e trinta e um, reuniu-se, em Assembléia Geral, um grupo de fazendeiros, com a assistência do sr. José Montserrat, economista da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, com a finalidade de constituir uma cooperativa de venda em comum. Os fazendeiros que ali se reuniram foram: Dinarte Canabarro Cunha, Antonio Iruleguy, Justiniano Prestes Chuy, João Souto Duarte, Pio Pereira Martins, João Simões Moreira, dr. Pio Martins Salgado, David Batista Martins, Cândido Ribeiro Borba, João da Palma Simões Pires, Nadyr Pinheiro Martins, David Pinheiro Martins, Jarbas Pinheiro Martins, Décio Correa Cunha, Volkamar da Cunha Correa, Henrique Escosteguy, Radagasio Duarte, José Cesar Tettamanzy, Aurelio Guerra, Menelio Fernandes Barbosa,

Joana Chuy da Silva, Alkindar Padilha Borba, Ataliba Oxorio Silveira, Armenio Nunes Leite, Bolivar Cabeda, Colombo Teixeira da Silva, Philadelpho Torres Costa, dr. Bento Santana, Ana Farias da Luz, Vitelio Gazapina, Lucas Martins Gomes, Aristides Alves Trindade, Utaliz Rodrigues Sobrinho, Francisco G. Algaya, Pulcerio Alves Dutra, Luiz Veloso, Miguel Obrero Machado, Irineu Silveira de Castro, Antonio Joaquim Espirito Santo, Manoel José de Souza, Leoncio Perez, João Antonio Rodrigues, Aristoteles Machado Bittencourt, Cypriano Silveira Arteché, Manoel Fialho, João Pedro D'Avila Sobrinho, Manoel Bento da Silva, Philadelpho C. Torres, Trasibulo Figueira, Gregorio Cabreira, Salustiano Ribeiro, Diogenes Pereira Miranda, Hector Correa Paiva, Francisco Alves Correa, Joaquim dos Santos Padilha, Alcides Pavão Martins, Gastão Castro Gisler, Nero Simões Alves, Henedino Cardoso Silveira, Pompílio Nicacio Nunes, Atílio Paiva Cunha, Mario Paiva Cunha, Octávio Paiva Cunha, João de Deus Silveira, Edgar Farias Alvim, Julieta F. de Mello, Manoel Alves Flores, Homero Fuentes, Abrilino de Oliveira Pires, Afranio Asconavieta, Silvestre Teixeira da Silveira, Ramão Silva, Zoilo Cunha Cabreira, Galdino Prates da Silva, João dos Santos Ignácio, Wandenkok Obrero Machado, Vergilino Carretes, Margarido Bayan, Felipe Nery de Souza, Pedro Guedes de Oliveira, Advandar Nobre, Coscolina Oliveira do Espirito Santo, João Lupi Duarte, Juliana Xavier Espirito Santo, João Alves Espirito Santo, Miguel Obrero Machado, Dalby Alves Correa, Tolentino Alves Espirito Santo, Fábio Chaves, Argymiro Simões Moreira; Alipio Martins e Augusto Pereira Fagundes.

Além desses 92 fazendeiros e do sr José Montserrat, estavam presentes à reunião o sr. João Souto Duarte, presidente

da Associação Rural do município, e o prefeito municipal, dr. Ri - varol Padilha. Este último, convidado a presidir a reunião, explicou que a finalidade da mesma era a de constituir a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., cujo objetivo seria o da venda, em comum, da produção de lãs, peles, cabelos e couros produzidos por seus associados, nos termos da legislação vigente, o Decreto-Lei nº 5.893/43, com 179 artigos, que revogou o Decreto 581/38, e o Decreto-Lei nº 6.274/44 que complementava o primeiro.

Após a leitura dos Estatutos foram estes aprovados por unanimidade, como expressão da vontade de todos de constituir a cooperativa.

A área de ação da sociedade fundada, no que dizia respeito às atividades dos associados, estaria circunscrita ao município de Sant'Ana do Livramento, ao terceiro distrito de Quaraí, aos quinto e sexto de Alegrete, aos quinto e sexto de Dom Pedrito e limítrofes de Rosário.

Aproximadamente um terço dos fundadores da Cooperativa Santanense de Lãs foram, também, fundadores da Cooperativa Santanense de Carnes e Derivados Ltda., que havia sido fundada no dia 29 de abril do mesmo ano.⁷⁵ Como vimos anteriormente, a primeira cooperativa de carnes surgida no Estado fora a de Sant'Ana do Livramento, a Cooperativa Santanense fundada em 1931, abatendo na charqueada São Paulo até 1933. A semente lançada naquela primeira tentativa ressurgia agora, em virtude, mais uma vez, de crise na pecuária. Esse fato reforça nossa afirmação de que os pecuaristas, quando premidos por dificuldades para comercializar seus produtos, voltavam-se para o cooperativismo como solução a seus problemas econômicos. Mostra, também, que uma parte da classe já

tinha experiência com esse tipo de entidade, daí a rapidez com que o movimento cooperativista alcançou seus objetivos, evidenciando, ainda, a integração da classe na defesa de seus interesses.

Para mostrar que a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. tornou-se uma organização bem sucedida, porque foi fundada pelos criadores para melhor defender seus interesses econômicos, e também devido à dedicação e idealismo de seus dirigentes, iremos estudar as Atas das Assembléias Gerais, visto ser a Assembléia o órgão supremo da administração, com atribuições para resolver todos os negócios sociais, tomar qualquer decisão, aprovar e ratificar ou não os atos que interessam aos associados ou à própria cooperativa. A Assembléia Geral Ordinária deveria realizar-se no mês de setembro de cada ano, visto o ano social da Cooperativa começar a 1º de setembro e encerrar-se a 31 de agosto. As demais assembléias, eventualmente convocadas, seriam sempre extraordinárias. No período em que estudamos a cooperativa, as Assembléias Gerais Extraordinárias foram convocadas três vezes.

Compete à Assembléia Geral:

- a) eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
- b) fixar os vencimentos e os valores das cédulas de presença para os membros dos órgãos administrativos, executivos e fiscais;
- c) tomar, nas épocas próprias, as contas dos órgãos de administração, e pronunciar-se sobre o relatório, o balanço e o parecer do conselho fiscal;
- d) deliberar sobre empréstimos a serem contraídos pela cooperativa;

e) resolver sobre a incorporação, fusão, dissolução e liquidação da cooperativa;

f) nomear e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

g) alterar e reformar os estatutos.

As Assembléias Gerais instalavam-se com a presença de um terço dos associados na primeira convocação, de um quarto na segunda e com qualquer número na terceira, como consta no artigo trinta e um dos Estatutos. As Assembléias Gerais do período em que estudamos a Cooperativa Santanense de Lãs foram sempre realizadas após a última convocação, com exceção da do ano de 1964, que foi realizada após a primeira convocação.

O capital social da entidade não poderia ser inferior a cinquenta mil cruzeiros, sendo ilimitado quanto ao máximo. Era dividido em quotas-partes no valor de cem cruzeiros (Cr\$100,00) cada uma. Cada associado deveria subscrever, no mínimo, uma quota-parte e não poderia, entretanto, possuir mais do que a metade do capital mínimo. O capital social seria subscrito na proporção do número de ovinos que o associado possuía, na base de um cruzeiro a unidade.

A cooperativa tinha como finalidade principal a venda, em comum, de lãs, couros, peles e cabelos, promovendo assim, a defesa dos interesses econômicos dos ovinicultores. No cumprimento de seu programa a Cooperativa tinha os seguintes propósitos:

a) abrir e manter depósitos para receber os produtos de seus associados:

b) classificar os produtos segundo os métodos co -

merciais de acordo com a legislação em vigor e promover sua venda;

c) adquirir, quando conveniente e possível, todo o material necessário para seu funcionamento;

d) estabelecer e difundir os melhores métodos de tosquia;

e) facilitar transporte para conduzir a lã dos associados, quando seus estabelecimentos estivessem distantes da sede da Cooperativa;

f) adquirir para seus associados e por conta destes, todo o material indispensável às suas atividades;

g) promover, sob penhora da produção, o financiamento aos associados para a realização da tosquia;

h) fazer adiantamentos sobre o valor da lã que o associado entregar à Cooperativa, ficando este adiantamento a critério do Conselho de Administração;

i) pôr os associados sempre, ao corrente dos preços e condições dos mercados nacionais ou externos;

j) colaborar com a Associação dos Criadores de Ovelhas na solução dos problemas ovinícolas;

k) propugnar pela fundação de outras cooperativas da mesma categoria, tendo em vista, principalmente, a instalação, quando oportuno e conveniente em lugar apropriado, de uma cooperativa de segundo grau;

l) facilitar aos associados todas as vantagens proporcionados pela Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo Decreto-Lei nº5.893;

m) promover, antes da abertura da safra, com outras

cooperativas congêneres, entendimentos sobre o preço de recebimentos e de colocação do produto nos mercados consumidores, procurando, sempre que possível, estabelecer ação conjunta.

A Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. realizou tudo a que se propunha na defesa dos interesses econômicos de seus associados, como constatamos por entrevista com o sr. Olympio Alves, Diretor Técnico de 1954 a 1980.

No artigo dezenove dos Estatutos da sociedade estão expressos os direitos dos associados:

- a) tomar parte nas assembléias gerais;
- b) votar e ser votado para os cargos de administração e fiscalização;
- c) propor, discutir e votar as medidas de interesse social;
- d) efetuar as operações que forem objeto da Cooperativa, de acordo com os Estatutos e as regras estabelecidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral;
- e) participar das sobras líquidas;
- f) pedir, por escrito, dentro do mes que preceder a reunião ordinária da Assembleia Geral, qualquer informação sobre os negócios da Cooperativa;
- g) inspecionar, na sede social e na mesma época, os livros de atas da administração, a lista dos associados, o balanço geral e as contas que o acompanharem;
- h) pedir sua demissão;
- i) apresentar qualquer indicação, projeto ou proposta ao estudo do conselho de administração.

Pelas atas das Assembléias Gerais verificamos que

os associados exerciam plenamente seus direitos. Os deveres e obrigações dos associados, expressos no artigo vinte e um eram:

- a) subscrever o limite mínimo da quôta de capital;
- b) efetuar em épocas próprias, os pagamentos das prestações devidas;
- c) cumprir as disposições legais e estatutárias, bem assim as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, regularmente tomadas;
- d) cumprir fielmente os compromissos assumidos com a cooperativa;
- e) realizar, exclusivamente por intermédio da cooperativa, as operações econômicas que constituem suas finalidades, dentro das limitações estabelecidas pela administração;
- f) participar das perdas do exercício nos termos do artigo sessenta.

Verificamos pelas atas e também pela variação do número de associados no período estudado, que alguns associados deixavam de realizar, por intermédio da cooperativa, suas operações econômicas, quando cediam às manobras realizadas pelas barracas visando o fracasso da cooperativa. A esses associados faltava o verdadeiro espírito de cooperação como também a consciência da situação da economia gaúcha. Visando apenas o lucro imediato e ilusório, deixavam de entregar a lã para a Cooperativa. Ficavam então sujeitos ao pagamento de uma taxa que seria fixada, anualmente, pelo Conselho de Administração, e alguns, pela repetição desse ato, ao desligamento da cooperativa.

As sobras líquidas foram objeto do artigo cinquenta e sete dos Estatutos e eram distribuídas, obrigatoriamente,

entre o retorno e os fundos sociais na seguinte proporção:

- a) dez por cento (10%) para o fundo de reserva ;
- b) dez por cento (10%) para o fundo de expansão econômica;
- c) o restante era devolvido aos associados na proporção dos negócios que tivessem realizado com a cooperativa.

Notamos que o restante das sobras líquidas que deveria ser devolvido aos associados, foi muitas vezes, por sugestão do presidente e aprovação unânime da assembléia, retidas para "Fundo de Construção" e pela extinção deste (Ata nº48), para o "Fundo de Expansão Econômica". Assim, com a colaboração de todos processava-se o crescimento da entidade.

O artigo sessenta dos Estatutos trata do fundo de reserva que seria constituído por:

- a) pela percentagem a ele correspondente;
- b) pelas taxas de transferência de quotas-partes ;
- c) pelo juro de mora, cobrado de acordo com os Estatutos;
- d) pelas sobras não reclamadas dentro do prazo de cinco anos.

O fundo de expansão econômica seria constituído:

- a) pela percentagem estipulada no artigo cinquenta e oito dos Estatutos;
- b) pelas doações que fossem expressamente a ele destinadas;
- c) pelas taxas eventualmente instituídas para esse fim.

A Cooperativa seria administrada por um Conselho de

Administração de funções indelegáveis, composto de cinco membros, eleitos em assembléia geral ordinária, com mandato de dois anos, sendo o presidente e os dois outros diretores designados pela assembléia.

A Diretoria Executiva compor-se-ia de três membros : o presidente do conselho, um diretor-comercial e um diretor técnico.

A Cooperativa teria um Conselho Fiscal, composto de três membros e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, não podendo ser reeleitos.

Para os cargos de administração e fiscalização foram eleitos os seguintes associados: para o Conselho de Administração: Cândido Ribeiro Borba, Justiniano Chuy, dr. Bento Santana, João Souto Duarte e Francisco Alves Correa. Destes foram escolhidos para a diretoria executiva: Cândido Ribeiro Borba, como Presidente, Justiniano Chuy, como Diretor Comercial e Dr. Bento Santana, como Diretor Técnico. Para membros efetivos do Conselho Fiscal foram eleitos: João Simões Moreira, Maria Paiva Cunha e David Pinheiro Martins e para suplentes: Menelio Fernandes Barbosa, Bolivar Cabeda e João de Deus Silveira.

Muitos dos membros escolhidos para dirigir o destino da sociedade cooperativa recém fundada, faziam parte da comissão que havia trabalhado por sua fundação. Achamos que para o êxito das cooperativas, principalmente as de produtores rurais, é de fundamental importância a escolha acertada dos dirigentes , pois em grande parte vai depender de sua dedicação, seu idealismo e sua honestidade o sucesso do empreendimento. Afirmamos que na Cooperativa Santanense de Lãs, a dedicação e idealismo de sua

diretoria foram fatores determinantes de seu sucesso. Fazemos esta afirmação, não apenas com base em nosso conhecimento pessoal, mas pela análise das atas das Asembléias Gerais, que confirmaram aquilo que já sabíamos. Sem desmerecer dos demais membros da direção, citaremos, como exemplo do que afirmamos, aqueles que permaneceram por mais tempo à frente da cooperativa, merecendo sempre a confiança e o reconhecimento por parte de seus companheiros, aqueles para quem o cooperativismo era vivência real e não apenas formulação de princípios, aqueles em que "caminhar junto com os outros na solução de problemas comuns" era prática constante. São eles: Cândido Ribeiro Borba-presidente durante vinte anos, só se afastando do empreendimento a que se dedicara com idealismo, quando lhe faltou a saúde, Edgar de Farias Alvim-diretor comercial desde 1947 até 1964, quando assumiu a presidência na qual permaneceu até 1970, e Olympio Alves-diretor técnico de 1954 até 1980, de cuja dedicação e espírito de solidariedade somos testemunha. A esses homens, que sempre mereceram a confiança dos associados, sendo reeleitos sucessivamente para os cargos que ocupavam, só afastando-se por motivo de saúde, deve a Cooperativa Santanense de Lãs não apenas seu sucesso como empreendimento econômico, mas, principalmente, seu sucesso em seu aspecto de promoção humana, pois temos certeza de que durante o tempo em que permaneceram na sua direção o homem sempre foi mais importante.

Pelo estudo das atas, verificamos a confiança depositada pelos associados na direção da entidade. Em todas elas, todas as contas do órgão de administração, todos os relatórios e pareceres do Conselho Fiscal foram sempre aprovados por unanimidade, com elogios à dedicação, desprendimento e honestidade dos

dirigentes.

Como vimos, durante a campanha para a fundação das cooperativas de lãs no Estado, grande era o empenho da comissão que propagava o cooperativismo e dos órgãos do governo para a criação de uma cooperativa de segundo grau, a Cooperativa Central a ser fundada em Porto Alegre. Na primeira Assembléia Geral da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. realizada na sede da Associação Rural, onde se achavam ainda instalados seus escritórios, a filiação à Cooperativa Central constava entre os assuntos a serem tratados. Após a fundação das cooperativas regionais continuava o empenho daquela comissão, que tinha à frente o destacado ruralista sr. Fernando Riet, para a fundação do órgão central. A Assembléia ratificou a filiação da Cooperativa, feita por gestão do Conselho de Administração à Cooperativa Central de Lãs Ltda., e escolheu para representar a COLÃS junto a essa entidade, quando convocados, os srs. Henedino Silveira, João Souto Duarte, João da Palma Simões Pires e João Simões Moreira.

Acreditamos que, após a fundação de cada cooperativa regional, era aprovada na primeira assembléia, sua filiação à Cooperativa Central, como aconteceu na cooperativa que estudamos. Entretanto, apesar do grande interesse do governo em sua fundação e do empenho de destacados ruralistas como o sr. Fernando Riet, a Cooperativa Central só foi efetivamente fundada no ano de 1951. Nesse ano, em 26 de abril, houve, na sede da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, uma reunião em que se decidiu a criação da Central, tendo os representantes das cooperativas regionais votado "ad-referendum" das assembléias de suas representadas.⁷⁶ Nessa ocasião ficou deci

dida a realização de nova reunião no mês de setembro, com o fim especial de aprovar, em definitivo, os Estatutos da Cooperativa Central de Lãs e eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

No dia 29 de agosto de 1951, a Cooperativa Santa-nense de Lãs Ltda. realizou uma Assembléia Geral Extraordinária, a qual compareceram 33 associados, com a finalidade de estudar o ante-projeto dos estatutos da Cooperativa Central de Lãs, fundada em Porto Alegre, e deliberar sobre a sua filiação a essa entidade. Após a exposição das necessidades e vantagens da Central, feita pelo Dr. Cesar Tettamanzy, representante da cooperativa junto à Central, e ao estudo do ante-projeto dos Estatutos feito pelo sr. Bolivar Cabeda, houve amplo debate entre os associados, tendo alguns sugerido a criação de uma Federação das Cooperativas, em lugar da Central, por acharem que a Federação viria ao encontro de suas necessidades, trazendo, entretanto, menor ônus e permitindo maior independência. Depois de amplo debate, foi feita a votação, tendo como resultado o seguinte: 24 associados votaram contra a filiação, 8 votaram a favor e um retirou-se antes da votação. Em seguida foi redigido telegrama à Central de Lãs nos seguintes termos:

"Urgente Centralans Palegre

Reunião Assembléia Geral realizada hoje nossa Cooperativa votou contra filiação Cooperativa Central. Assembléia refletiu, entretanto, interesse criação outro órgão central. Possivelmente uma federação satisfizesse essa aspiração. Colãs."77

Na reunião realizada na FARSUL a 11 de setembro, para a fundação definitiva da Cooperativa Central, das entidades

que estiveram presentes à reunião anterior só faltava a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. ⁷⁸

A decisão tomada pela Cooperativa Santanense de Lãs, de não filiar-se à Central, por achar que esse ato iria ferir sua autonomia, mostra a consciência que os associados tinham da liberdade que a cooperativa deveria ter para melhor atender seus interesses econômicos, evidenciando, também, seu elevado sentimento de independência.

A opção dos associados da COLÃS por uma federação no lugar da Cooperativa Central tornou-se realidade em 1952, com a fundação da Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul Ltda., no dia 12 de fevereiro, com sede em Porto Alegre. ⁷⁹ A Cooperativa Central de Lãs não havia alcançado, portanto, um ano de duração e já era substituída pela FECOLÃ. O objetivo desta última era o de reunir as cooperativas de primeiro grau e promover a defesa da economia laneira. ⁸⁰

Afirmamos que a Cooperativa Santanense de Lãs deve sua fundação e seu desenvolvimento ao fato de ter sido fundada atendendo ao desejo dos criadores e encontramos base a essa afirmação no estudo das atas das Assembléias Gerais. Nelas nota-se sempre o desenvolvimento tranqüilo de uma obra com sólidas bases, pois eram estas a vontade dos associados de, livrando-se dos intermediários, melhor realizarem seus negócios, e sua firme determinação de trabalhar para o sucesso do empreendimento.

Notamos, pelo estudo dessas atas, que apenas nos primeiros anos a sociedade enfrentou dificuldades financeiras. Na terceira Asembléia Geral, realizada no dia 29 de setembro de 1947, o presidente explicou à Assembléia as dificuldades encontra-

das para a aplicação das sobras líquidas, por temer déficits , pois no exercício anterior tivera a entidade de fazer face a um déficit de Crs 20.012,00 , sem apelar para os associados cobrirem a diferença. Achava que seria aconselhável reter o saldo de Crs 14.864,60 , para ser empregado na substituição de paredes de telhas de zinco por paredes de material de alvenaria na barraca e também, se houvesse saldo no próximo exercício, empregá-lo na construção de mais um pavilhão, visto o prédio da barraca ser muito antigo e serem muito altas as taxas de seguro contra fogo.

Na Assembléia do ano seguinte o presidente ao recusar, para a diretoria, aumento de honorários proposto pela Assembléia, deu como motivo a situação da Cooperativa não comportar maiores despesas. Vemos, assim, o desprendimento da diretoria e a dedicação com que trabalhava para o sucesso da empresa. Notamos perfeita identidade de interesses entre a diretoria e os associados, esforçando-se, ambos, para o desenvolvimento da obra comum.

Nas demais assembleias é evidente a ótima situação financeira da cooperativa, como também, a confiança dos associados em seus dirigentes, que recebiam, por parte daqueles, calorosos elogios e agradecimentos por seu idealismo e dedicação.

Em 1962, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária, com o objetivo de deliberar sobre o aumento de capital afim de atender às exigências do Banco do Brasil para a concessão de financiamento para a safra daquele ano. O Banco solicitava o aumento de 1,5 % do capital. Após o assunto ser amplamente debatido, foi aceita, por unanimidade, a proposta do dr. Manoel Mazza para que esse aumento fosse feito durante três anos consecutivos com a finalidade de não se tornar pesada ao pequeno produtor.⁸¹ O Ban-

co do Brasil financiava a lã para a cooperativa, como vemos pela Assembléia Geral do ano de 1953:

"Em face do volume de lã recebida anualmente por esta cooperativa, precisará ela, na safra que se inicia, um crédito de aproximadamente Crs 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para adiantamento a seus cooperados por conta da lã entregue à classificação e venda.

A respeito desse financiamento a Diretoria Executiva já entrou em entendimentos com o Banco do Brasil S/A, por intermédio da agência desta cidade a qual submeteu o assunto à apreciação de S/Matriz no Rio de Janeiro.

A Diretoria Executiva manifesta, aqui, interesse em que esta Assembléia autorize a mesma Diretoria Executiva a contratar o referido crédito com o Banco do Brasil S/A, mediante garantia da lã pertencente aos senhores associados e entregue à Cooperativa, para classificação e venda, conforme ficou acima exposto."⁸²

Essa proposta foi apresentada, então, à Assembléia pela Diretoria Executiva e após ser amplamente debatida em plenário foi aprovada unanimemente.

Assim, com o trabalho dedicado da direção, com o apoio confiante dos associados, com a preocupação constante com o homem, processava-se o desenvolvimento da obra de todos, onde o lema cooperativista "um por todos, todos por um", expressava a realidade.

Pelo seguinte quadro podemos ver o desenvolvimento comercial da cooperativa desde o ano de sua fundação até 1964 data que escolhemos para encerrar nosso estudo.

QUADRO XIII I

QUADRO DEMONSTRATIVO DO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL DA COOPERATIVA SANTANENSE DE LÃS LTDA. - 1944 - 1964.

PRODUÇÃO

SAFRA	PRESIDENTE	QUILOS	VALORES	Nº DE ASSOC.
1944/1945	Cândido R. Borba	232.197	Crs 2.615.900,00	110
1945/1946	"	250.465	Crs 2.805.100,00	131
1946/1947	"	275.078	Crs 2.903.800,00	115
1947/1948	"	273.935	Crs 3.187.400,00	117
1948/1949	"	461.435	Crs 10.760.500,00	165
1949/1950	"	589.585	Crs 14.945.500,00	187
1950/1951	"	748.467	Crs 23.635.540,00	205
1951/1952	"	1.202.605	Crs 47.517.760,00	390
1952/1953	"	1.248.556	Crs 44.227.800,00	356
1953/1954	"	1.290.372	Crs 72.317.500,00	312
1954/1955	"	1.242.975	Crs 82.411.900,00	271
1955/1956	"	1.063.848	Crs 74.818.500,00	273
1956/1957	"	1.000.238	Crs 109.519.900,00	266
1957/1958	"	1.223.737	Crs 112.763.490,00	304
1958/1959	"	1.261.453	Crs 139.212.000,00	302
1959/1960	"	884.094	Crs 160.304.100,00	292
1960/1961	"	931.286	Crs 271.804.700,00	303
1961/1962	"	1.019.260	Crs 470.507.600,00	323
1962/1963	"	1.108.340	Crs 890.804.160,00	347
1963/1964	"	1.155.439	Crs 1.852.125.300,00	347

FONTE: Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. Quadro Demonstrativo do desenvolvimento comercial.

Notamos a variação do número de associados, o que é explicado tanto pelos motivos que os levaram ao cooperativismo como pelas manobras das barracas de lãs visando desestimular o movimento cooperativo. Alguns associados, quando conseguiam melhores preços fora da cooperativa, vendiam o produto, visando maior lucro, devido à sua falta de compreensão do cooperativismo, pois não estavam suficientemente preparados para a prática do mesmo. Esse comportamento está de acordo com o espírito que os levou à cooperativa, a estarem inseridos numa sociedade que visava principalmente o lucro, faltando-lhes consciência do contexto social e econômico mais amplo do qual faziam parte.

Sabemos por entrevistas com associados, que as barracas procuraram fazer fracassar a Cooperativa. Entretanto, não o conseguiram, porque esta tinha, como base, o desejo da maioria dos criadores de unir esforços na defesa de seus interesses, e a vontade desses era mais forte que a falta de espírito de solidariedade daqueles que, por melhores preços cediam às manobras dos intermediários.

Escrevia Paulo Onofrio referindo-se ao cooperativismo na pecuária: "Nessa marcha para a associação econômica, traduzida em realizações de grande envergadura, está ausente o verdadeiro espírito de cooperação. Os interessados agem exclusivamente por imposição das necessidades, preocupados com as vantagens econômicas imediatas que lhes possa proporcionar a empresa."²³

Entretanto, acreditamos que esse espírito de cooperação estava presente em muitos e foi suficiente para o sucesso do empreendimento.

E continuava Paulo Onofrio no mesmo artigo: "É preciso lembrar sempre aos que ingressam nas sociedades cooperativas, que a transgressão das normas de comportamento coletivo, como sejam determinação de cooperar conscientemente e de trabalhar sob a inspiração do interesse geral, importa muitas vezes, na instabilidade econômica e administrativa e no eventual fracasso da instituição."

Pelo sucesso alcançado pela Cooperativa Santanense de Lãs e pela sua estabilidade econômica e administrativa, vemos que muitos dos que nela ingressaram estavam determinados a cooperar conscientemente e a trabalhar sob a inspiração do interesse geral. A tranquilidade por ela oferecida aos que nela ingressaram foi pouco a pouco levando outros a seguirem o mesmo caminho, como verificamos pelo quadro XII.

Falando sobre o sucesso do cooperativismo no Estado, assim referiu-se o dr. Ruy Esteves de Correia, chefe da Seção de Assistência ao Cooperativismo, às cooperativas de lãs:

"Estas entidades estão contribuindo, a par de outras medidas tomadas pelo Serviço de Ovinotecnia da Secretaria de Agricultura, para uma rápida melhoria de nossas lãs, pelo seguinte fato: o associado entrega sua lã à cooperativa e esta é classificada pelos diversos tipos, sendo creditada proporcionalmente. A classificação é regulamentada, não havendo razões para descontentamento do produtor. Este, ciente das razões porque seu vizinho obteve melhores resultados, vai imitá-lo, ou si não tiver a quem imitar, vai lógica e naturalmente, no seu próprio interesse procurar alcançar os melhores níveis, o que só é possível através de melhores rebanhos.

Se não bastasse a eliminação dos barraqueiros intermediários, esta educação seria suficiente para justificar o incentivo às cooperativas de ovinicultores"⁸⁴

Por estas palavras, temos idéia do sucesso alcançado pelas cooperativas de lãs em aprimorar a qualidade dos rebanhos ovinos, melhorar o produto e racionalizar a comercialização.

Sobre as vantagens do cooperativismo entre os ovinicultores expressou-se o ruralista Olavo de Almeida Machado, referindo-se à Cooperativa Bageense de Lãs, em artigo publicado na revista Sul-Coop de julho de 1949:

"Ao surgir, como todas as suas congêneres, viu-se obrigada a suportar a guerra fria e os rancores do intermediário. Vencendo, porém, toda a sorte de obstáculos, em curto espaço de tempo, impôs-se como entidade independente.

O trabalho desenvolvido por aquela cooperativa vem de desfechar um rude golpe no comprador de lã aqui da fronteira, em geral um ganancioso sem entranhas. Desnorteou-o a maneira por que se desempenharam os mentores da entidade que protege os interesses dos ovinicultores. Exemplifiquemos: em novembro de 48 entreguei minhas lãs, e, como é de praxe, recebi no ato 70% do seu valor, tendo como base os preços em vigor naquela época. O que não é de praxe, e também é muito comum nessas agremiações, o fato de receber, noventa dias depois, os restantes 30%.

Pode-se aquilatar o efeito e o valor moral e comercial dessas liquidações. O signatário conseguiu trezentos e trinta mil réis por um tipo de lã, que o intermediário, a título de misericórdia, ofereceu-lhe duzentos e quarenta apenas. Como se vê, tal ocorrência dispensa comentários."

Essas palavras poderiam ter sido referentes à Cooperativa Santanense de Lãs e expressariam a mesma realidade. Eram inegáveis os benefícios proporcionados pelas cooperativas, o que foi levando ao desaparecimento das barracas de lãs. Em Sant'Ana do Livramento, das barracas existentes, permaneceu apenas a barraca Albornoz, mais tarde Lanifício Albornoz.

O cooperativismo visa a promoção integral do homem, sendo assim, essencial o atendimento da dimensão econômica e social das empresas cooperativas.

Pelo que analisamos, podemos concluir pelo atendimento econômico da cooperativa estudada, pois que, "nas cooperativas de produtores a realização da dimensão econômica implica em condições para que cada associado possa, via empresa cooperativa, melhorar sua produção, dando-lhe assistência e orientação técnica, para o aumento de sua produção e produtividade".⁸⁵

A dimensão social de uma empresa cooperativa será atendida se forem criadas as condições efetivas de participação aos associados como donos e usuários de sua cooperativa. Participar como dono da cooperativa implica numa participação constante do associado na vida da sociedade, numa participação ativa nas assembleias. A participação como usuário ou participação passiva, consiste em usufruir o associado de todos os benefícios proporcionados pela sociedade.

Na cooperativa que analisamos os associados participavam mais como usuários, sendo fraca sua participação ativa, como verificamos pelos dados seguintes:

QUADRO XIV

RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ASSOCIADOS E SEU COMPARECIMENTO ÀS
ASSEMBLÉIAS GERAIS

Anos	Nº de associados	Nº de associados presentes às Assembléias	Porcentagem (%)
1944	92	92	100
1945	110	29	26
1946	131	16	12
1947	115	17	15
1948	117	19	16
1949	165	14	8
1950	187	27	14
1951	205	23	11
1952	390	64	16
1953	356	34	10
1954	312	55	18
1955	271	27	10
1956	273	40	40
1957	266	14	2,7
1958	304	37	12
1959	302	33	11
1960	292	29	10
1961	303	43	14
1962	323	74	23
1963	347	49	14
1964	347	237	68

FONTE: Cooperativa Santanense de Lãs Ltda - Atas das Assembléias Gerais.

Verificamos, assim, como era fraca a presença dos associados nas Assembléias Gerais. Entretanto, a baixa frequência não significava desinteresse dos associados pelo empreendimento.

Conhecendo a realidade da região, conhecendo o contexto onde estavam inseridos, concluímos que outros fatores e não o desinteresse causavam o fraco comparecimento dos associados às Assembléias. A maioria deles residia na sede de suas propriedades, sendo muito precárias as estradas, o que dificultava seu deslocamento; observando ainda, os números que expressam seu comparecimento às Assembléias, notamos que na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 1962 para deliberar sobre o aumento de capital da entidade afim de atender as exigências do Banco do Brasil, e na Assembléia Geral Ordinária do ano de 1964, houve número muito maior de associados presentes. Na primeira estavam presentes 177 associados e na segunda, realizada após a primeira convocação, fato incomum, compareceram 237 associados. Nessa Assembléia, um novo presidente seria escolhido em virtude do afastamento, por motivo de saúde, do senhor Cândido Ribeiro Borba. Assim, quando outros assuntos, além dos habituais, deveriam ser tratados, maior era o comparecimento às Assembléias. Esse fato, mais o conhecimento do homem e da região, permitem-nos formular a hipótese de que o fraco comparecimento às assembléias, por estranho que possa parecer, mostrava a grande confiança depositada pelos associados na direção da cooperativa.

Se não conhecêssemos o homem em seu tempo e lugar, não formularíamos essa hipótese. Entretanto, sabendo que, para esse homem, a cooperativa era o prolongamento de seu estabelecimento, que era o primeiro lugar ao qual se dirigia quando vinha à cidade, que ali discutia seus negócios e contactava com seus companheiros,—não podemos deixar de ver além dos dados frios e procurar o porquê desses dados.

Constatamos assim, que havia perfeita identidade de interesses entre associados e direção, devido a possuírem os mesmos interesses, sendo os mesmos seus anseios, não havendo ainda, nem por parte dos associados, nem por parte da direção, nem por parte da sociedade envolvente, desejos de mudanças que provocassem contradições. Contradições que surgem na empresa cooperativa quando os associados passam a não entender o seu funcionamento, quando a direção, procurando melhor desempenho econômico, passa a agir apenas nesse sentido, esquecendo de integrar o associado, que permanece alienado do processo. Em todo o período estudado, havia identidade de interesses entre associados e administração e essa harmonia é notada em todas as atas que analisamos. Afirmamos portanto, que a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. realizava, nesse período (1944-1964), sua dimensão econômica e social, inserida numa sociedade que ainda não experimentava mudanças profundas em seu processo de desenvolvimento.

NOTAS

- ⁷² Ata de Constituição da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. , 17 de outubro de 1944.
- ⁷³ IBGE, Censos Econômicos, 1940.
- ⁷⁴ Cooperativas de Lãs. A Platéia, Sant'Ana do Livramento, 13 de maio de 1944, p.3.
- ⁷⁵ Ata de Constituição da Cooperativa Santanense de Carnes e Derivados Ltda. 29 de abril de 1944.
- ⁷⁶ Estavam presentes a essa reunião: o sr. Fernando Riet, representando a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; o sr. Brasil Lago, representando a Cooperativa Regional Vale do Uruguai Ltda. ; dr. João Ignácio Lecuona, representando a Cooperativa Alegretense de Lãs Ltda.; sr. Alvaro Fagundes, representando a Cooperativa Bageense de Lãs Ltda. ; sr. João Thomaz Munhoz, representando a Cooperativa 'Sudeste dos Produtores de Lãs Ltda.; dr. José Cesar Tettamanzy, representando a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda.; sr. Paulo Augusto Magalhães, representando a Cooperativa Pastoril de Rio Pardo Ltda.; Cel. Otaviano Pereira dos Santos, representando a Cooperativa Rural Santiaguense Ltda. e o sr. Lincoln Borralho, fazendeiro em Lavras do Sul. Ata de Constituição da Cooperativa Central de Lãs, Porto Alegre, 26 de julho de 1951.
- ⁷⁷ Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. Ata da Assembléia Geral Extraordinária, 29 de agosto de 1951.
- ⁷⁸ Ata de fundação definitiva da Cooperativa Central de Lãs , Porto Alegre, 11 de setembro de 1951.
- ⁷⁹ Ata de Constituição da Federação das Cooperativas de Lãs do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1952.

- ⁸⁰ Foram suas fundadoras as seguintes cooperativas: Cooperativa Rural Alegretense Ltda., constituída em 20/10/44 - com sede na cidade de Alegrete, com 337 associados; Cooperativa Bageense de Lãs Ltda., constituída em 1/9/44 - com sede na cidade de Bagê, com 449 associados; Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., constituída em 17/10/44 - com sede na cidade de Sant'Ana do Livramento, com 205 associados; Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs Ltda., constituída em 26/7/44, com sede na cidade de Pelotas, com 538 associados; Cooperativa Regional de Lãs do Uruguai Ltda., constituída em 11/10/44 - com sede na cidade de Uruguaiana, com 204 associados; Cooperativa Pastoril do Rio Pardo Ltda., constituída em 4/10/41 - com sede na cidade de Rio Pardo, com 160 associados; Cooperativa Rural Santiguense de Lãs Ltda., constituída em 18/01/52 - com sede na cidade de São Gabriel, com 50 associados. Ata de Constituição da FECOLÃ. 12 de fevereiro de 1952.
- ⁸¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., 27 de dezembro de 1962.
- ⁸² Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., 30 de setembro de 1953.
- ⁸³ ONOFRIO, Paulo. Cooperativismo na Agricultura e na Pecuária. Sul-Coop, (20): 7, agosto de 1949.
- ⁸⁴ CORRÊA, Rui Esteves de. Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Sul-Coop, (19): 51, julho de 1949.
- ⁸⁵ Perspectiva Econômica, (Cooperativismo). (17): 5, 1978.

CONCLUSÃO

Procuramos, neste trabalho, compreender porque os ovinivultores do município de Sant'Ana do Livramento fundaram, no ano de 1944, a Cooperativa Santanense de Lãs Ltda. Mostramos que o motivo foi a necessidade de conseguirem, através da união, melhores condições para comercializar a lã, afastando os intermediários. Mostramos também, que esse empreendimento dos ovinicultores santanenses teve o desenvolvimento que conhecemos porque fôí fundado pelos próprios criadores que, aproveitando-se do interesse do governo, procuraram, na união, na cooperação, a maneira de enfrentar os problemas surgidos. Vimos, ainda, que a maioria dos fundadores da cooperativa analisada não tinha conhecimento da doutrina cooperativista, não sendo este conhecimento necessário para o sucesso do empreendimento, quando existe por parte dos associados o desejo consciente de cooperar para resolver seus problemas econômicos.

No caminho que percorremos até o momento da fundação da Cooperativa Santanense de Lãs procuramos entender como o movimento cooperativista evoluiu no estado do Rio Grande do Sul. Vimos que esse movimento surgiu antes de qualquer propaganda oficial, graças ao trabalho de conscientização levado a efeito pelo abnegado padre Amstad, entre os colonos da região de colonização alemã do Estado. Vimos, também, as tentativas, por parte do Governo de, através do cooperativismo, orientar o desenvolvimento das forças produtivas na região de colonização italiana e os resultados dessas tentativas. Finalmente, verificamos os motivos que levaram os pecuaristas a procurar no cooperativismo a solução para

seus problemas econômicos.

Tentamos compreender o movimento cooperativo, procurando em primeiro lugar, o homem e as estruturas sócio-econômicas de seu tempo e seu espaço. Nessa tentativa de conhecer como o homem de cada região aceitou o movimento, verificamos que são condições essenciais para que o cooperativismo tenha um desenvolvimento autônomo: o conhecimento, por parte dos homens, de sua realidade social e econômica, e a consciência de fazerem parte de um grupo social mais ou menos homogêneo, com as mesmas necessidades e os mesmos interesses. São essas condições que fazem com que o desejo de somar esforços, de cooperar, de unir-se, surja espontaneamente. São elas que tornam semelhantes, no tempo e no espaço, a iniciativa de homens com realidades social e econômica tão diferentes como os pioneiros, em Rochdale, os colonos da Região de Colonização Alemã do Rio Grande do Sul e os pecuaristas da zona da Campanha do mesmo Estado, em procurar na cooperação a maneira de enfrentar suas dificuldades econômicas.

Acreditamos que o que faz a autonomia do movimento cooperativo em qualquer tempo e lugar, é vir ele ao encontro das necessidades do homem, é estar baseado em sua realidade social e econômica. Quando isso não acontece, o movimento é imposto e as cooperativas que dele surgirem serão cooperativas de origem vertical.

Para que o cooperativismo seja autêntico, é necessário, portanto, em primeiro lugar, a conscientização profunda do homem, é necessário que ele compreenda sua realidade e procure modificá-la.

Podemos afirmar, ao concluir este trabalho, que

o cooperativismo é um caminho para o desenvolvimento?

Julgamos que sim, pois o homem dentro da empresa cooperativa encontra maior segurança e maior tranquilidade, tendo nela, melhores condições de atingir o desenvolvimento, entendido este como desenvolvimento de sua dimensão econômica e social, constituindo essas empresas um abrigo seguro no contexto da sociedade capitalista dependente. Entretanto, o cooperativismo, nesse contexto, não tem condições de modificar o meio econômico e social onde se insere, tendo, ainda, que lutar para preservar os princípios que o norteiam, para não perdê-los à medida em que procura realizar sua dimensão econômica. É um desafio frente ao qual a maioria das empresas cooperativas sucumbe devido à contradição que existe entre seus princípios e os da sociedade envolvente. Transformam-se, assim, em empresas capitalistas, procurando principalmente, melhor desempenho econômico, visando, antes de tudo, o lucro, esquecendo o homem a quem deveriam promover. Entretanto, é um desafio que vale a pena enfrentar, pois o cooperativismo é um caminho que oferece ao homem esperança de um futuro mais digno, mais justo, mais humano.

FONTES

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. ARQUIVOS

- . Arquivo da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda-Sant'Ana do Livramento.
- . Atas das Assembléias Gerais - 1944/1964.
- . Atas do Conselho de Administração - 1944/1964.
- . Atas do Conselho Fiscal - 1944/1964.
- . Atas de Constituição da Cooperativa Santanense de Carnes e Derivados Ltda. - 29 de abril de 1944.

- . Arquivo da Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.
- . Ata de Constituição da Cooperativa Central de lãs- 26 de julho de 1951.
- . Ata de Fundação definitiva da Cooperativa Central de Lãs - 11 de setembro de 1951.
- . Ata de Constituição da Federação das Cooperativas de Lãs de Rio Grande do Sul - 12 de fevereiro de 1952.

- . Arquivo do Museu Municipal David Canabarro - Sant'Ana do Livramento.

- . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Censos Demográficos do Estado do Rio Grande do Sul - 1940 - 1950-1960.

Censos Econômicos do Estado do Rio Grande do Sul. 1940-1950-1960.

1.2. ENTREVISTAS

ALVES, Olympio. Entrevista concedida à Maria Alzira Alves Ruiz, em 6 de janeiro de 1981.

SANTANA, Bento. Entrevista concedida à Maria Alzira Alves Ruiz em 3 de agosto de 1981.

Entrevistas não gravadas com vários associados da Cooperativa Santanense de Lãs Ltda.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1. OBRAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As Oposições na República Velha. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.7-29.

BARROS, Eliane C. & LANDO, Aldair. Capitalismo e Colonização - Os alemães no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.9-33.

BOGARDUS, Emory. Cooperação-Princípios. São Paulo, Ed. Lida-dor, 1964. 88p.

BOITEUX, Henrique. O Falanstério do Saí. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Fpolis, XII: 47-90, 1º sem. 1944.

BORGES FORTES, João General. Rio Grande de São Pedro (povoamento e conquista). Rio, Gráficos Bloch, 1941. 175 p.

_____. A Estância (Discurso). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, (93): 8-26, 1º trim., 1944.

_____. Povoamento Inicial do Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, (55): 123-46, 3º trim., 1934.

BULGARELLI, Waldirio. O Kibutz e as Cooperativas Integrais. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1966. 109p.

CAGGIANI, Ivo. Subsídios para a História de Livramento. Revista do Centenário. Sant'Ana do Livramento, 1957. 20p.

_____. Sant'Ana do Livramento, Atalaia da Fronteira. Suplemento Especial de A Platéia-Folha Popular. Sant'Ana do Livramento, 6 de abril de 1976, p.3-14.

_____. Município de Livramento (História). Sant'Ana do Livramento, s.ed., 1952, 158p.

CARONE, Edgar. A República Velha. São Paulo, Difel, 1974. 483p.

_____. A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1976. 414p.

CARRION JR. Francisco M. A Economia do Rio Grande do Sul. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1979. p.403-21.

_____. RS: Política Econômica e Alternativas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. 132p.

- CESAR, Guilhermino. Ocupação e Diferenciação do Espaço. In : RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto , 1979. p.7-27.
- _____. As Raízes Históricas. In: Rio Grande do Sul-Terra e Povo. Porto Alegre, Globo, 1969. p.29-42.
- _____. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1970. 327p.
- CORREIA, Ruy Esteves de. O Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Sul Coop (Cooperativismo). Porto Alegre, (20): 49-59 , julho, 1949.
- COSTA E SILVA, Riograndino. Notas à margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. 255p.
- DACANAL, José H. A Imigração e a História do Rio Grande do Sul, In: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.271-80.
- DE MASY, Rafael Carbonell. Idéias Inspiradoras, Princípios e Práticas das Cooperativas. Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, Unisinos, 8 (20): 9-36, 1979.
- _____. Análise Crítica da Legislação Cooperativa no Brasil. Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, Unisinos, 8(17): 9-30, 1978.
- FERREIRA FILHO, Arthur, História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1960). Porto Alegre, Globo, 1958. 192p.
- FICKER, Carlos. Os Franceses na Baía de Babitonga. A Colonização Francesa do Saí. Blumenau em cadernos. V(11/12):165-8, nove.- dez. 1962.
- FOLMANN, José Ivo. Participação Cooperativa e Mudança Social.

- Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, Unisinos, 10(27): 51-72, 1980.
- FRANCKE, Walmor. Direito das Sociedades Cooperativas. São Paulo. Edição Saraiva, 1973, 157p.
- FRANK, André Gunder. Capitalismo Y Subdesarollo en America Latina. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores. 1970. 345p.
- FRAQUELLI, Jane Aita. A Lavoura Capitalista do Arroz e a Crise de 1926. In: RS: Economia e Política. Poto Alegre , Mercado Aberto, 1979, p.329-57.
- FREITAS, Decio. O Gaúcho: O Mito da "Produção sem Trabalho". In: RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p.7-24.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1975, 248p.
- GENRO, Tarso Fernando. RS: Tradição Jurídica e Relações Políticas: Um estudo introdutório. In:RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.89-110.
- GIRON. Loraine Slomp. A Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.47-65.
- GOULART, Jorge Salis. A Formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Martins Livreiro. 1975, 208p.
- HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 343p.
- HOLYOAKES, G.J.História de los Pioneros de Rochdale. Buenos Aires, Intercoop, 1975, 100p.

- HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo , Atlas S/A, 1959, 518p.
- JAEGER, Pe. Luiz Gonzaga, S.J. História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul. Cristóvão de Mendonza ou Manuel Gonçalves Ribeiro? Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, (90): 27 - 45, 2ºtrim., 1943.
- LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 114-33.
- LAYTANO, Dante de. Legado Luso-brasileiro na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Centro de Pesquisas Educacionais de Sul, 1974. 51p.
- _____. Notícia Breve da Pecuária no Rio Grande do Sul no século XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, (100) : 263-75, 4ºtrim.
- LIMBERG, Emiliano. Evolução Legislativa do Sistema Cooperativista no Brasil. s.ed., 1978, 40p.
- _____. Cooperativa-Empresa de Participação Igualitária - Noções Básicas. São Leopoldo, Centreicoop, s.d . 59p.
- LORENZONI, Julio. Memórias de um imigrante italiano. Porto Alegre, Sulina, 1975, 263p.
- LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo, Difel, 1972.
- LUGON, C. A República "Comunista Cristã dos Guaranis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 333p.

LUZ FILHO, Fábio. O Cooperativismo no Brasil e sua evolução. Porto Alegre, A.Coelho Branco Ed., 1939.

_____. Teoria e Prática das Sociedades Cooperativas. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Ed., 1946, 663p.

MACKENZIE, Norman. Breve História do Socialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, 191p.

MAURO, Frederic. História Econômica Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 506p.

MONTSERRAT, José. A Formação do Rio Grande e a Penetração Cooperativista. Sul-Coop (Cooperativismo). Porto Alegre, (20):26-37, julho de 1949.

MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.91-112.

MULLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.358-86.

NEISS, Pe.Ruben C. Padre Teodoro Amstad (Iniciador do Cooperativismo de Crédito no Brasil). In: Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Instituto Histórico de São Leopoldo, 1976, p. 239-258.

NORONHA, Adolfo Vasconcelos. Cooperativismo. Curso Ministrado nas Faculdades Integradas de Guarulhos. 1976, 144p.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. Cooperativismo. Porto Alegre, Cebrabae, 1979, 273p.

ONOFRIO, Paulo. Um Paralelo no Cooperativismo Riograndense.

Sul-Coop (Cooperativismo). Porto Alegre, 2(7): 1-5, junho 1947.

PADILHA, Danuzio Leme. Sociedades Cooperativas. São Paulo, Ed. Atlhas, 1966. 285p.

PATERNÓ, José de Stefano. A Organização Cooperativista no Rio Grande do Sul. Sul-Coop (Cooperativismo). Porto Alegre, (7):3-10, junho 1947.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: A Economia e o Poder nos Anos 30. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. 190p.

_____. Historiografia e Ideologia. In:RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.60-83.

_____. República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia". In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.193-212.

PIAZZA, Walter F. Fourierismo em Santa Catarina. Blumenau em Cadernos. 14(4):63-5, abril 1972.

PINHO, Diva Benevides. A Economia e o Cooperativismo. São Paulo, Ed. Saraiva, 1977, 177p.

PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativista nos Regimes Capitalista e Socialista. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1966. 161p.

_____. A Doutrina Cooperativista e a Problemática do Desenvolvimento Econômico. In: A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. Coletânea, Fundação Friedrich Naumann. Bonn, São Paulo, 1973, s.ed., 359 p.

PINHO, Diva Benevides e Carlos M. O Estado Brasileiro e o Cooperativismo. Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, Unisinos, 10(24):99-126, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colômbia). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977. 390p.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974, 354p.

PRATES, Arlene Maria Maykot . Atuação Estatal no Cooperativismo Agrícola Catarinense - O Caso da Cooperativa Regional Alfa (1957-1979). Dissertação de Mestrado. UFSC, 1981. 140p.

PURPER, Dornalli L. Integração Social: Condição para o Desenvolvimento Cooperativo. Perspectiva Econômica (Cooperativismo), São Leopoldo, Unisinos, (27):52-73, 1980.

REICHEL, Heloisa Jochims. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: RS: Economia e Política . Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.255-74.

RICHERS, Raimar. Rumos da América Latina - Desenvolvimento Econômico e Mudança Social. São Paulo, Ed. Edgard Blucher Ltda., 1975, 258p.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969, 401p.

SALDANHA, Olavo. Esboço Histórico da Evolução Pecuarista de Livramento. Sant'Ana do Livramento, Revista do Centenário, 1957. p.33-7.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Cantineiros e Colonos - A Indústria do Vinho no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p.

135-53.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978, 182p.

SCHNEIDER, José Celso & LAUSCHNER, Roque. Evolução e Situação Atual do Cooperativismo Brasileiro. Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, Unisinos, (24): 7-98, 1980.

SENA, Valmor Bonifácio de. A Política do Cooperativismo de Eletrificação Rural em Santa Catarina: O Caso da Cooperativa de Eletrificação Rural de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1980.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1972, 376p.

SOUZA, DOCCA, E.F. de. História do Rio Grande do Sul. Rio Ed. da Organização Simões, 1954.

_____. Gente Sul-Rio-Grandense. III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia. Anais do III Congresso de História e Geografia, 2:677-90, 1940.

SPALDING, Walter. Pecuária, Charque e Charqueadores no Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (91/92):123-34, 1943.

TRINDADE, Helgio. Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense. In: RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, p.119-91.

VELLINHO, Moisés. Capitania D'El Rei. Porto Alegre, Globo 1964. 261p.

VELLINHO, Moisés. A Formação Histórica do Gaúcho. In: Rio Grande do Sul - Terra e Povo. Porto Alegre, Globo, 1969 . p. 51-65.

VIEIRA, Geraldo Nunes. Criação de Ovinos. SP, edições Melhoramentos, 1967. 480p.

2.2. PERIÓDICOS

- . A Platéia, Sant'Ana do Livramento, 1944.
- . O Republicano, Sant'Ana do Livramento, 1939-1944.
- . Boletins da FARSUL, Porto Alegre, 1939-1944.
- . SUL-Coop (Cooperativismo), Porto Alegre, 1947-1949.
- . Perspectiva Econômica (Cooperativismo). São Leopoldo, 1978-1980.
- . Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1934-1945.
- . Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1944.
- . Blumenau em Cadernos, 1962.